



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - FUNAI E INCRA			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0366/16	DATA: 05/05/2016	
LOCAL: Plenário 4 das Comissões	INÍCIO: 10h17min	TÉRMINO: 13h31min	PÁGINAS: 85

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA.

SUMÁRIO

Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis e inaudíveis.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.
Há oradores não identificados em breves intervenções.
Houve tumulto no Plenário.
Há palavras ou expressões ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a atuação da Fundação Nacional do Índio — FUNAI e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA na demarcação de terras indígenas remanescentes de quilombos — CPI - FUNAI e INCRA.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 25ª reunião. Sendo assim, indago se há necessidade de sua leitura.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu tive a oportunidade de discutir a ata. Gostaria apenas que fosse acolhido um pequeno acréscimo, na medida em que ontem, quando V.Exa. saiu, o Deputado Valdir Colatto assumiu a Presidência e fez alguns procedimentos com os quais não concordamos. Por exemplo, ele não poderia, na condição de Presidente, inquirir o depoente. Enfim, fez confusão com as funções.

Mas não estamos nos referindo a isso, estamos apenas dizendo que depois da minha fala, que foi uma liberalidade de V.Exa. — eu reconheço —, porque era a mesma reunião, em que eu já tinha falado como Líder, e me ocorreu a ideia de que seria outra, foi negociado com o Presidente que eu pudesse utilizar apenas 4 minutos. Eu fiz algumas colocações e houve as respostas do depoente, que me pareceram insuficientes. Eu queria ter pontuado aquilo que considereei insuficiente, mas não tive essa oportunidade, porque o microfone foi cortado.

Então, eu gostaria apenas que isso fosse acrescentado à ata, para que pudéssemos aprová-la e ir direto ao depoimento, sem a necessidade de se proceder a sua leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A ata deve representar fielmente o que aconteceu na reunião. Se esse fato estiver retratado nas notas taquigráficas, certamente estará presente na ata, com a correção devida.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, para esclarecer, eu presidi os trabalhos naquele momento. A Deputada Erika Kokay sabe muito bem que dispositivo do Regimento diz claramente que será prerrogativa do Presidente dar 50% do tempo de Liderança. A Liderança tinha 8 minutos, nós demos 4, mas ela



falou por 5 minutos. Está registrado na ata e nas notas taquigráficas. Eu acho que não procede a reclamação da Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu gostaria de esclarecer, Sr. Presidente, que não estou entrando no mérito do que foi falado, nem no mérito da posição do Deputado. Eu gostaria apenas que fosse retratado o que ocorreu: eu solicitei o direito de replicar as informações prestadas pelo depoente, mas não me foi possível, e o microfone foi cortado. Eu gostaria apenas que isso constasse em ata, sem avaliação de mérito sobre as posturas, porque me parece que, em determinados momentos, o arbítrio e a tirania não merecem nem comentários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Nós vamos considerar as argumentações, mas esclarecemos o seguinte: encerrada a reunião por quem a preside, nada mais constará em ata. Então, constará tudo o que estiver nas notas taquigráficas antes do encerramento. Posterior ao encerramento, se algum Parlamentar sentir seu direito tolhido, por favor, faça sua reclamação na forma regimental. Na ata vai constar rigorosamente o que está nas notas taquigráficas.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - É claro. Estou me referindo ao direito de réplica que pedi antes do encerramento da discussão, não apenas à réplica em si. Dessa forma, eu lhe apresento uma reclamação formal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pois não.

Dispensada a leitura da ata, coloco-a em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Passemos à Ordem do Dia.

A presente reunião destina-se à tomada de depoimento da Sra. Maria Lúcia de Oliveira Falcón, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, aprovada pelo Requerimento nº 178, de 2016, de autoria do Deputado Sergio Souza.

Após examinar o requerimento aprovado, esta Presidência informa que a Sra. Maria Lúcia de Oliveira Falcón foi convidada a prestar informações sobre o objeto de investigação desta CPI e observa que tal condição não lhe retira o dever de dizer a verdade sobre o que souber e lhe for perguntado.



Peço a atenção das senhoras e senhores para as normas estabelecidas pelo Regimento da Casa: o tempo concedido à depoente será de 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser apartada; os Deputados interessados em interpelá-la deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria; a lista de inscrição encontra-se sobre a mesa e será encerrada no início da fala da depoente; durante a tomada de depoimento, poderão usar da palavra o Relator, por 30 minutos, o autor do requerimento, por 5 minutos, os membros da Comissão e demais Parlamentares, por 3 minutos; as perguntas à depoente deverão ser formuladas no espaço de tempo concedido, podendo o Parlamentar usar novamente a palavra pelo mesmo prazo para obter esclarecimento quando não considerar satisfatórias as respostas da depoente sobre as perguntas formuladas no tempo inicial; os Líderes falarão pelo tempo regimental para fazer comunicações destinadas ao debate.

Convido a Sra. Maria Lúcia de Oliveira Falcón a tomar assento à mesa.
(Pausa.)

Sra. Maria Lúcia de Oliveira Falcón, informo que, pela aprovação do requerimento por esta CPI, V.Sa. senhora foi convidada a prestar depoimento perante a Comissão. Em se tratando de inquérito parlamentar, registro o seu dever de dizer a verdade sobre o que souber e lhe for perguntado. Nesse sentido, indago: V.Sa. aceitaria prestar o compromisso oficial de dizer a verdade?

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, então, faça o compromisso.

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Obrigado.

A partir deste momento, a senhora tem 20 minutos para a explanação do tema para o qual foi convidada a falar.

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Muito obrigada, Sr. Presidente, Deputado Alceu Moreira. Na sua pessoa, cumprimento todos os Parlamentares aqui e agradeço a oportunidade de contribuir com o meu País e com



esta Casa nos seus trabalhos, ao participar desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu poderia fazer uso de PowerPoint, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está à disposição.

Peço que seja colocado à disposição o microfone sem fio, para que a depoente possa ficar em pé e fazer a explicação com mais facilidade. *(Pausa.)*

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Muito obrigada. Eu fiz a opção, Sr. Presidente, Sr. Relator, demais Parlamentares, de fazer uma apresentação global sobre a atuação do INCRA, uma espécie de prestação de contas. É uma grande oportunidade participar desta CPI e prestar contas das atividades da autarquia. O INCRA completou no ano passado 45 anos. Agora em julho vai fazer 46 anos. Portanto, atravessou grandes períodos da história recente do nosso País. Por isso, precisamos compreendê-la nesse contexto. *(Segue-se exibição de imagens.)* Eu inicio com esta foto, que me marcou muito. Eu tenho apenas 1 ano, 1 mês e alguns dias à frente da Presidência da autarquia. Esta foto me marcou muito porque é de uma garota, que não tem 12 anos, em uma audiência pública no interior do Acre, em Sena Madureira. Os que conhecem sabem que a cidade fica quase na fronteira do País. Nessa audiência havia quase 500 famílias, participando, discutindo seus direitos sobre o acesso a terra e a permanência nela. O que estava em pauta era uma reserva extrativista. A menina estava com um celular gravando a audiência, Sr. Relator. Isso é o futuro. Nas nossas CPIs, estaremos com gente com material gravado ao vivo, participando, trocando, intervindo. Eu acho que a tecnologia tem que chegar ao INCRA, como chegou a esta Casa. Já temos TV, mas precisamos avançar ainda mais para que a população brasileira, que já pratica esse tipo de atividade no seu dia a dia, no seu cotidiano, também possa participar da política e das ações da política pública, inclusive da reforma agrária. Nós colocamos seis pontos, pelos quais vou passar muito rapidamente. Temos o histórico. Vou falar um pouco do que o INCRA faz, que serviços presta, que políticas ele tem sob sua responsabilidade. O Deputado Sergio Souza, a quem agradeço o requerimento, tratou da política da terra de faixa de fronteira. Então, eu me achei na obrigação de me referir a esse tema, para não deixar o Parlamentar sem respostas. Também falarei sobre a regularização quilombola, o tema desta CPI, e sobre a modernização de gestão, para prestar



contas do que a gente tem feito à frente do INCRA nesse período. Vamos rapidamente ao histórico. Eu sei que já é do conhecimento de todos desta Casa, mas a gente começa a discussão sobre as terras, sobre o uso e a função da terra no Brasil com o regime das sesmarias, com a descoberta do País em 1500, e finalizamos com o Estatuto da Terra, em 1964, a criação do Sistema Nacional de Cadastro Rural, em 1972, e a Constituição de 1988, que tem artigos que tratam tanto da reforma agrária quanto da política agrícola. Podemos avançar, então, para as políticas e serviços que o INCRA presta hoje ao Brasil. Basicamente, a autarquia é conhecida pela política de reforma agrária, mas, na verdade, tem a missão muito nobre de cuidar de toda a base de dados sobre o território nacional sobre as terras, o uso que essas terras têm no País. Então, o Programa Nacional de Reforma Agrária, que começou há 45 anos, ainda tem um viés grande na sua base de dados de famílias assentadas no período da chamada colonização, inclusive de ocupação da Amazônia, pelo Governo militar. Nós temos os programas e projetos convencionais de assentamento e os diferenciados, em que entram reservas extrativistas e outras modalidades. Temos também o reconhecimento de áreas de reforma agrária feita por Estados. Portanto, nossa atuação institucional também é muito fortemente ligada ao ordenamento da estrutura fundiária e também, mais recentemente, à regularização dos territórios quilombolas. Eu não sei se dá para fazer a leitura, porque os números ficaram pequenos. Então, vou fazer a leitura para os senhores dos projetos de assentamento: em 1985 — só para mostrar a evolução da autarquia — eram 67 assentamentos, em 2015 são 9.332 projetos de assentamento; em 1985 as famílias atendidas eram 117 mil, hoje beiram quase 1 milhão de famílias; estávamos presentes em 61 Municípios em 1985, hoje já estamos em mais de 2 mil Municípios; contávamos com 9.800 servidores, hoje contamos com mais de 4.600 servidores. Então, em termos de produtividade, o INCRA cresceu. As principais ações naquela época, em 1985, eram zoneamento, cadastro, tributação, arrecadação, distribuição de terras, regularização e principalmente projetos de colonização; hoje nós temos, antes de tudo, a fiscalização da função social da propriedade, a questão da regularização quilombola e toda a questão da regularização e governança fundiária, inclusive com a emissão de cadastro para as demais propriedades rurais, em geral, no País. Fizemos a



retomada de 132 mil lotes, assentamos e reassentamos 374 mil famílias em PAs antigos; e fizemos a titulação de 265 mil agricultores. Na gestão da malha fundiária nacional, fundamentada na legislação que aqui aparece e na instrução normativa recentemente assinada com a Receita Federal do Brasil, a carreira do perito agrário e o cargo de fiscalizar a função social da propriedade e mesmo a prestação de serviços de perícia à Receita Federal foram validados num convênio. Então, o INCRA é o órgão responsável, em nível federal, pela certificação, pelo georrefenciamento de terras públicas, pela regularização fundiária e pelo cadastro rural para todo o País. Este é um mapa que dá a proporção do tamanho do trabalho do INCRA e da nossa base de dados georreferenciados. Estão aqui registradas as propriedades privadas e públicas, inclusive os nossos assentamentos. Mas é isso que, na verdade, constitui o grande patrimônio do INCRA e da autarquia. Sr. Relator, eu queria que o senhor realmente percebesse nesta imagem, neste mapa, neste cartograma, como é alta a responsabilidade do instituto que represento hoje. A soberania do nosso País depende das informações sobre o nosso banco de terras. Então, é muito importante que todos compreendam esse papel da autarquia. Outros programas que estão ligados ao desenvolvimento agrário, neste caso, ao desenvolvimento e apoio às famílias assentadas no programa de reforma agrária. Este é um mapa que mostra um programa que nasceu há 18 anos — que estamos completando agora — que é o PRONERA — Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Hoje temos a comemoração a ser feita de 183 mil alunos formados. Começamos com o EJA — Educação de Jovens e Adultos, alfabetização, e hoje já temos alunos egressos de universidades, de pós-graduação. Então, não há futuro para o desenvolvimento do nosso País se a juventude não for educada, se ela não tiver condição de aplicação inclusive de novas tecnologias na produção rural. Também na questão do desenvolvimento de assentamentos, o INCRA foi responsável, tem sido responsável pelo crédito instalação, que é aquele concedido inicialmente às famílias assentadas. Em 2014, para 2015, quase 26.500 famílias receberam esse crédito. A assistência técnica beneficiou 398 mil famílias; a agroindustrialização, mais de 46 famílias; e na recuperação de infraestrutura, quase 52 mil famílias receberam esse benefício. Cadastro Ambiental Rural — CAR, que também é uma novidade na legislação brasileira. Nós ficamos responsáveis por



fazer o CAR dos nossos assentamentos. Dos 9 mil assentamentos, 7 mil efetivamente são de responsabilidade do INCRA, os outros 2 mil são reconhecimentos de programas de Estado. Então, nós cumprimos, podemos hoje afirmar em primeira mão que o INCRA cumpriu a meta do CAR. Faremos um ato singelo amanhã na autarquia, mas fizemos realmente o cadastramento de 7 mil assentamentos, 761 mil famílias foram beneficiadas, 43 milhões de hectares foram cadastrados e — coisa bonita de se ver — 20 milhões de hectares de vegetação nativa remanescente foram cadastrados e mais de 70 mil nascentes já mapeadas, identificadas como patrimônio ativo ambiental dos projetos de reforma agrária. Em relação especificamente ao requerimento do Deputado Sergio Souza, que trata da faixa de fronteira, a Lei nº 13.178, de 2015, nós queríamos lembrar algumas coisinhas. Primeiro: esse é um instrumento usado para confirmar e convalidar as titulações feitas pelos Estados em terras de domínio da União e também algumas titulações feitas sem o consentimento do Conselho de Defesa Nacional — por que é faixa de fronteira, por causa da soberania e da segurança nacional e tudo mais. Este é o mapa da atual faixa de fronteira. Ela oscilou ao longo do tempo, houve várias medidas, várias extensões. Esta é a atual, da lei mais recente. E nós temos aqui, em verde, 431 Municípios que estão dentro da faixa de fronteira, e, em vermelho, 159 Municípios que tocam a faixa de fronteira. Ou seja, parte dele está lá. Eles todos foram beneficiados com essa nova legislação que foi aprovada, por iniciativa inclusive, em grande parte, do Deputado Sergio Souza. Foram simplificados os procedimentos. Antes o INCRA tinha um papel a desempenhar nisso. A partir dessa legislação todos os imóveis que não estão *sub judice*, sem requerimento de questionamento federal ou estadual, são automaticamente, até 2.500 hectares, reconhecidos pelos cartórios. Então, um benefício muito grande não só para os pequenos produtores, mas para os médios também desses imóveis. Esta tabelinha vai mostrando o que mudou, mas basicamente é a necessidade de regulamentação que permanece para os imóveis acima de 2.500 hectares. Os abaixo disso já estão tranquilamente autorizados a ir ao cartório e promover o seu reconhecimento, convalidação. Como eu disse, só não podem ser ratificados no cartório aqueles que estão sendo questionados por via judicial, mas isso é compreensível também. A regularização quilombola é outro ponto de interesse da CPI. Então, primeiro, quem



são os beneficiários. Embora eu já tenha visto que muitos convidados antes de mim participaram aqui e já devem ter falado bastante sobre isso, mas eu acho que é bom lembrar que são considerados beneficiários da regularização quilombola os remanescentes de comunidades de quilombos que tenham trajetória histórica própria, com relações territoriais específicas, a presunção da ancestralidade negra e também, claro, a resistência à opressão histórica sofrida. A identificação como remanescente de quilombo é autoatribuída, mas... Aí tem um “mas” — vamos lá —, ela é autoatribuída porque há uma legislação internacional que assim trata a questão. Mas, do ponto de vista das normas do INCRA e da legislação, existe todo um procedimento técnico-científico para que, caso a caso, seja reconhecido o território. Então, além do que falei, que são os critérios da autoatribuição, nós temos uma peça, chamada RTID — Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, que dentro dele existem seis documentos técnicos. Vão desde o laudo antropológico, mais comumente discutido aqui nesta Casa, até a questão da própria perícia e avaliação do imóvel, como se fosse uma regularização qualquer. Outro ponto importante é a avaliação com indenização em dinheiro dos proprietários e posseiros não quilombolas. Então, o que foi feito até hoje? Quando a legislação foi colocada em nível do Brasil, ainda estávamos, digamos assim, aprendendo a trabalhar com esse tema. Então, o Pará e também, se não me falha a memória, São Paulo, Bahia, alguns Estados começaram a aplicar essa legislação antes mesmo do Governo Federal. A partir de 1995, o próprio INCRA começou a fazer isso, em parceria inclusive com o ITERPA — Instituto de Terras do Pará, no Pará. Então, até hoje nós temos aqui, por período, 210 títulos expedidos, 152 territórios titulados, 241 comunidades beneficiadas, 16 mil famílias beneficiadas e uma área titulada de 1 milhão de hectares. Aqui também é uma coisa importante, para prestar contas ao Parlamento. Nós temos hoje os relatórios, como eu disse, de reconhecimento: 211 publicados, 116 portarias, 81 decretos e 210 títulos. Esses territórios titulados representam 0,1% do território nacional. Somando os territórios titulados aos identificados pelo INCRA em fase de regularização, ou seja, se tudo que estivesse na Casa tramitando — e nem todos são, mas se todos fossem —, representaria 0,3% do território nacional. Finalmente, eu já estou quase concluindo, a peça que a nós interessa trazer também a esta CPI e a esta Casa: a modernização da gestão



da autarquia. O futuro do Brasil passa por um controle cada vez mais intenso das informações sobre o território nacional não somente quantitativo, mas o uso que as terras brasileiras estão tendo, as áreas de preservação sim, as áreas de regularização também, as áreas produtivas, áreas urbanas e periurbanas. Existe todo um trabalho feito hoje de reconhecimento pelo IBGE de uma coisa chamada nova ruralidade. Antigamente você não tinha tanto fluxo entre cidade e campo. Hoje muitas cidades são polos regionais e mobilizam todo um território no entorno delas. Então, a realização da produção do campo passa pela questão das cidades, pela prestação de serviços financeiros, até pela educação dos próprios investidores rurais, como nós vimos, e também os proprietários da agricultura familiar. Então, essa modernização da autarquia, para prestar atendimento àquela menininha lá do Acre, que já estava com um *smartphone* fazendo o trabalho dela, é urgente, é necessária, para bem atender à população brasileira. Em atendimento à demanda dos próprios beneficiários da reforma agrária que se queixam muito... Neste ano, eu escutei muito eles dizendo: *“Demora muito para fazer a obtenção da terra. Às vezes, envelhecemos esperando lote.”* Precisamos dessa modernização. Os órgãos de controle interno e externo, tanto a CGU quanto o TCU, recentemente, atuaram e sugeriram uma série de melhorias em nossos processos. Eu acho que isso é muito bom. Eu entendo isso como uma grande orientação para a autarquia melhorar. Estão questionando a qualidade do nosso banco de dados e uma intensificação da correção de irregularidades na ocupação dos lotes. Isso é uma oportunidade muito grande para que melhorem a prestação de serviço. Finalmente, os proprietários de imóveis rurais. Tenho recebido também muitos representantes, e eles se queixam muito. Elogiam a parte que já foi feita, que é o cadastro feito hoje pela Internet. Mas há muito mais para melhorar na prestação desse serviço. Então, finalmente, como eu disse, em adequação a essa nova dinâmica socioeconômica, o crescimento do PIB brasileiro, a importância da relação e da produção campo/cidade e na segurança alimentar, tudo isso somado influenciou essa dinâmica. As pesquisas do IBGE, chamadas de REGIC — Regiões de Influência das Cidades, desde 1968, mostram as áreas de influência das cidades e também a questão das regiões rurais no Brasil. No ano passado, foi publicado esse estudo, que é interessantíssimo, porque ele mostra as áreas de influência de grandes cidades e territórios rurais. A



cidade hoje não vive sem o campo e vice-versa. É muito interessante esse estudo que mostra que as áreas de influência das grandes metrópoles, das grandes cidades. Se formos descer das grandes cidades para as cidades menores, você consegue ver nitidamente essas áreas de influência e como as pessoas vão e vêm por vários motivos nesse circuito. Aqui nós aplicamos ao INCRA. É só para dar um exemplo de como esse conceito científico do IBGE pode ser aplicado. Nós pegamos o Pará como exemplo e ligamos os assentamentos ao hospital mais próximo que tenha capacidade de fazer uma cirurgia, um hospital de alta complexidade. E nós encontramos uma realidade da época da colonização ainda, daquele período militar, que as pessoas eram levadas para ocupar inclusive o espaço. Não estou entrando no mérito, mas a realidade hoje é que não podemos mais fazer reforma agrária sem olhar isso. Aonde essas pessoas vão quando uma mulher vai parir, Deputada? Tem que haver uma emergência próxima. E há assentamentos da época militar que ficam a mais de 12 horas de distância de um hospital. É esse conceito que o IBGE traz e também precisamos trazer para a autarquia. E um exemplo de como isso chega à auditoria do TCU eu trouxe aqui também. Nós pegamos um conceito, que foi o endereço de um assentado registrado numa cidade no CADÚNICO, porque no CADÚNICO as pessoas dão o endereço para poderem receber o benefício e tinha um assentamento que estava vinculado e, quando plotamos no mapa, é nítida a rede de cidades. Pegamos este exemplo aqui, onde há três superintendências — incidem a de Sergipe, a de Alagoas e a do Médio São Francisco, em Pernambuco —, e a maior parte estava a uma distância desses, como se fosse irregular, mas, na verdade, estava a distância média de 70 quilômetros entre o endereço urbano e o rural. É provado que existe esse vai e vem da rede de cidades que o IBGE mostrou, não somente para os ricos, não somente para os grandes proprietários, mas para os pequenos também, que precisam acessar as cidades para chegar ao CADÚNICO, para receber um benefício. Não sei se o Presidente da CPI, Deputado Alceu Moreira, vai lembrar, mas no ano passado estivemos aqui, eu tinha 1 mês, mais ou menos, no INCRA, e o senhor me cobrou uma coisa, e eu não gosto de esquecer compromisso: a titulação. Uma das coisas mais importantes que procuramos atender não somente aos órgãos de controle e a essa modernidade de que falei é a questão da titulação. Então, foi publicado nesta semana o Decreto nº 8.738, regulamentando



finalmente a Lei nº 13.001, de 2014. Espero em Deus que aquele mutirão que lhe prometi de titulação finalmente possa acontecer. Então, além desse normativo, nós também estamos modernizando o INCRA com a consistência na base de dados. Estamos fazendo um recadastramento universal. Ele está sendo convocado a partir de agora, de maio. Nós vamos iniciar pelo Maranhão, na sequência, Paraná e Mato Grosso. E vai começar: a etapa 1 virtual, feita através do SERPRO, via Internet; a etapa 2, presencial, para a entrega de documentação naqueles casos necessários; e finalmente, a chamada busca ativa, fiscalização em campo, que vai acontecer também na sequência e para todos que caíram, como temos chamado, na malha fina da irregularidade da irregularidade, atendendo também a TCU e CGU. Finalmente, a modernização tecnológica, que vai desde um sistema novo informatizado que agregue todos os cinco sistemas que hoje existem no INCRA, de que não se falam, é um atraso tecnológico, até a aquisição de VANTs, que já estamos licitando. E ontem assinamos um acordo de cooperação com a Agência Espacial Brasileira e com a Visiona, subsidiária da EMBRAER/TELEBRAS, para que tenhamos o satélite próprio do INCRA para a questão de governança fundiária. É um satélite muito específico, com imagens, que é o INCRASAT — se Deus quiser. Este é só um exemplo do que hoje nós temos. São cinco bases de dados no INCRA, que não dialogam plataformas antigas. A do cadastro é o SIPRA. Ele foi feito através do ACESS. Aqueles que entendem sabem que essa é uma coisa muito antiga. E estamos licitando um sistema integrado novo e fazendo a associação com outras bases de dados federais para coibir qualquer irregularidade. Temos aqui a conclusão. As pessoas podem até achar isso engraçado e perguntar: *“Por que você botou uma figura dessas como conclusão?”* Porque isso, para mim, como gestora, resume como eu vejo a autarquia. Eu a vejo como parte do Ministério do Desenvolvimento Agrário. O nome do Ministério já diz: ele é um grande instrumento de desenvolvimento do nosso País. Não é uma coisa só para atender os vulneráveis, não é só para atender os pobres do campo. É uma coisa que tem a ver com a governança fundiária. E tudo que o INCRA faz, se fizer bem feito, ele consegue mover a economia no primário, claro, a produção de alimentos, de tudo isso, de matérias-primas, o que já sabemos. Ele mexe na indústria. Ele pode ser um grande parceiro do MDIC. Eu falei de satélite, que é uma coisa de ponta, mas até a



compra de tratores, de minifábricas e tudo mais. E também com o terciário, porque mobilizamos recursos na educação, no crédito, nos serviços em geral, complementares. Então, minha palavra final, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, é que a autarquia INCRA é de grande valor para o nosso País. Ela precisa, cada vez mais, ser alvo de investimento e de modernização. E ela presta um grande serviço ao nosso desenvolvimento. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra, por 30 minutos, o Relator, Deputado Nilson Leitão.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Sra. Maria Lúcia de Oliveira Falcón. Tenho várias perguntas. Agradeço sua explanação, mas lembro que esta CPI existe exatamente pelo fato de o INCRA funcionar mal, não atingir seus objetivos.

A ideia desta CPI é diferente do que alguns pregam: acabar com o INCRA ou atingir o pequeno de forma negativa. É exatamente o contrário: fortalecê-lo e, acima de tudo, fazer com que cumpra seu papel e não seja um órgão desequilibrado ou que não alcance seu objetivo, sendo feito apenas de números de apresentação.

Vou fazer primeiro uma fala rápida, para eu entender exatamente o que a senhora pensa desse desenvolvimento. Colocados aí, os números são muito bons, mas a realidade no campo, na prática, não é a mesma.

Eu moro em Mato Grosso. De 14 anos para cá, o Estado se tornou o maior produtor de soja, de milho, de carne do País, mesmo sem logística, sem estrada, sem ferrovia, sem nada.

Paralelamente a isso, talvez sejamos o segundo Estado em quantidade de assentamentos no Brasil e somos o segundo mais rico hidricamente. Mas, com todos os assentamentos e com a grande quantidade de agricultura familiar, de pequenos agricultores, nós importamos 90% do hortifrutigranjeiro que consumimos.

Isso significa que o INCRA não cumpriu seu papel, mesmo tendo feito muitos assentamentos — esses assentamentos são totalmente desassistidos —, porque não consegue reverter na produção do pequeno. Sofrem muitos na miséria, na falta de estrutura.



Eu só fiz esse pequeno preâmbulo para perguntar à senhora se acha que o modelo existente resolve a reforma agrária brasileira, se está contente com esse modelo que está aí. Eu queria uma resposta bem objetiva.

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Sr. Relator, eu acho uma oportunidade rara a que o senhor está me dando, e agradeço antecipadamente. As críticas são isto mesmo: são momentos para que a gente cresça, para que a gente aprenda. Como gestora da autarquia, eu digo ao senhor que exatamente essa necessidade de modernização do órgão é premente. Estamos há algum tempo assistindo a esse esforço, eu diria. E as mudanças numa autarquia de 45 anos não são fáceis — elas não são fáceis —, as mudanças de cultura, as mudanças de método. Então, esse conceito da nova ruralidade, a necessidade de agregar valor à produção primária, que é fazer um *packing house*, um pequeno beneficiamento, tudo isso, pensar em como construir cinturões de abastecimento... O que o senhor está me contando do Mato Grosso eu escutei do Governador do Amazonas. Estávamos lá, num fórum de Governadores, e ele disse: “*Eu estou importando peixe em Manaus*”. Como o INCRA pode usar o cinturão de assentamentos para criar um abastecimento para a cidade de Manaus? Então, esses desafios são colocados. Eu acredito que a gente precisa avançar, como eu disse, no normativo, na tecnologia, mas principalmente fazer um bom investimento no INCRA do ponto de vista de qualificação e reforço da nossa força de trabalho. Agora, em muitos outros lugares, Deputado, podemos dar exemplos bem sucedidos. Eu visitei também, no Rio Grande do Sul, uma cooperativa que produz arroz orgânico e abastece muitos lugares no Brasil, exportando para outros Estados, digamos assim. Eu visitei também, no interior da Bahia, fábrica de chocolate orgânico. Então eu acho que o Brasil é grande, é...

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - O.k. A pergunta foi objetiva: a senhora acha que esse modelo funciona, está bom, ou tem que avançar? É só isso.

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Não. Estamos aqui trabalhando, inclusive já colocamos uma série de medidas, como eu tentei mostrar, para modernizar o INCRA.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu agradeço.



Esta CPI não é para investigar sua Presidência nem a senhora. Na verdade, é para investigar esse sistema e as denúncias de corrupção no órgão.

Qual é o critério utilizado pelo INCRA para a escolha das propriedades a serem desapropriadas ou adquiridas para fins de reforma agrária? O INCRA segue o disposto no art. 2º, § 6º, da Lei nº 8.629, de 1993?

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Muito bem. O INCRA hoje basicamente tem trabalhado com duas modalidades de obtenção de terras. A primeira, mais tradicional, é a obtenção sanção, através da propriedade que não cumpre a sua função social. A gente faz a avaliação, a perícia, e faz o processo de desapropriação. O outro procedimento é através de compra e venda. Então, esse é um processo mais simplificado em que se faz também a avaliação, do mesmo modo, e se chega a um entendimento diretamente com o proprietário do imóvel. Então, através desses dois critérios, eu diria que o INCRA está sim cumprindo. E como esse é um processo que passa pela nossa PFE, como passa por conselhos regionais, inclusive com audiências públicas para a aprovação da compra e dos preços, então, é muito auditado, eu diria. Eu não posso dizer 100% que nunca aconteça algum problema, mas é muito auditado, muito fundamentado na legislação, e passa em todas as instâncias pela Procuradoria.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - O.k.

Eu vou falar rapidamente aqui do art. 2º desse § 6º da Lei 8.629 de 93.

“Art. 2º

§ 6º O imóvel rural de domínio público ou particular objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação, ou no dobro desse prazo, em caso de reincidência; e deverá ser apurada a responsabilidade civil e administrativa de quem concorra com qualquer ato omissivo ou comissivo que propicie o descumprimento dessas vedações.”

Ou seja, áreas invadidas não podem ser desapropriadas. Eu só quero que a senhora diga se concorda ou não. Só sim ou não.



A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Sim. Isso é cumprido fielmente. A nossa PFE não permite de jeito nenhum que isso aconteça.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Agradeço. O INCRA...

O SR. DEPUTADO MARCON - Sr. Presidente, Sr. Relator...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não há aparte ao Relator. É regimental.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado, V.Exa. não tem a palavra. A palavra está com o Relator. V.Exa. está inscrito e falará no seu espaço.

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não há bom senso quando se descumpre o regimento.

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu estava colocando alguns espelhos no Datashow. O INCRA delega aos movimentos sociais a escolha das pessoas a serem assentadas. Há um caso claro, assinado pelo Superintendente Regional do INCRA de Mato Grosso — todos os documentos estão à disposição na Secretaria da CPI —, que diz — abro aspas—: “*Quanto à demanda de Santa Carmem, ficou decidido que será o movimento quem irá indicar a área que será inclusa nas vistorias preliminares, e as prioridades serão ditas pelo movimento*”. Quem assina, repito, é o Superintendente Regional de Mato Grosso, que delega à CPT a escolha da área e a indicação das políticas prioritárias. A senhora concorda com isso?

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Eu queria puxar para a discussão uma fundamentação muito interessante. Na própria lei — eu sou ruim de decorar legislação, estou aqui olhando para o nosso Procurador-Chefe, e ele depois pode me passar uma cola, dizendo exatamente qual é — tem uma fundamentação legal, que eu não lembro se é do Estatuto da Terra ou de lei posterior, que diz que você tem sim condição de ter pessoas organizadas pleiteando um determinado imóvel a ser desapropriado. Isso é legal. Está certo? O que a gente está agora nesta modernização, porque o País evoluiu... A legislação da reforma agrária é da década de 60 do século passado, ou de 90, a mais recente é a Lei nº 8.629, de 1993, que o senhor citou. O que acontece? Nós temos hoje um Brasil muito mais democrático,



digamos assim, do que na época dos anos 60, de 64 para cá. Os movimentos sociais... Existe uma série de economistas que estudam os custos transacionais. Uma cadeia da economia que existe estuda custo transacional, que valoriza muito o chamado capital social, Deputado.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - O.k.

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Então, as organizações numa sociedade são um capital social. Uma sociedade que não tem organizações é uma sociedade pobre do ponto de vista da sua capacidade de resolução de problemas.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - É...

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Tenha paciência um pouquinho, para eu desenvolver um raciocínio. Então, o que acontece? De lá para cá, de 64 para cá, a nossa jovem democracia se fortaleceu. Tem uma legislação muito interessante, a do SUAS, da época do Governo Fernando Henrique, que atualizamos recentemente, na última década. A Lei do SUAS, que é o Sistema Único de Assistência Social, tem uma coisa interessantíssima. Ela reconhece duas coisas muito novas para a democracia brasileira: a primeira é a condição de vulnerabilidade de certos cidadãos e cidadãs brasileiros, seja no campo, seja na cidade. E nós temos que proteger, é princípio constitucional, os vulneráveis.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - O.k.

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Nesse sentido, quando a gente olha para o campo essa nova ruralidade, aquele pessoal que antigamente era boia-fria, que a gente via nos caminhões, comendo marmita, sendo explorado, ele agora se organiza e pede terra. O SUAS prevê o reconhecimento das entidades, que fazem três coisas: primeira, luta pelos direitos dessas minorias; segunda, presta serviço, que é dar o mínimo de assistência; e faz atendimento eventualmente para o Governo.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - O.k.

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Uma das atualizações de que a gente precisa... A gente precisa fazer atualização na lei da reforma agrária. É proteção aos vulneráveis, que seriam esses pobres que estão nas estradas,



acampados; segundo, reconhecer essas entidades como as grandes prestadoras de serviço aos vulneráveis.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu agradeço.

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Então, esse é o sentido do avanço democrático no campo.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - O.k. Mesmo com essa argumentação, o TCU identificou que o INCRA não procede à retomada de terras públicas da União de forma organizada e não observa critérios técnicos, deixando a escolha para movimentos sociais. A escolha tem que ser do corpo técnico do INCRA. A sociedade organizada pode até participar com indicação, mas não pode determinar, até porque é comum o INCRA buscar a imissão na posse de imóveis invadidos.

Diz o TRF — abre aspas —: *“Embora os agravantes afirmem que foram assentados pelo INCRA, eles próprios admitem que ocupam a propriedade antes mesmo da imissão de posse”*.

É só para deixar isso claro. Este documento também está à disposição. Não precisa de resposta. A impressão — e vamos sobre discorrer isso nas próximas perguntas — é que de fato há motivação para invasão para depois desapropriar. E continua o mesmo *modus operandi*, que é criminoso.

Faço a segunda pergunta à senhora: qual o critério utilizado pelo INCRA para a escolha das pessoas a serem assentadas? O INCRA possui e segue o cadastro estipulado pelo art. 18, § 2º, da Lei nº 8.629, de 1993?

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Eu posso responder?

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Na primeira pergunta, eu perguntei sobre a terra, como é que a adquire. Agora eu estou perguntando como é que assentam as pessoas.

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Eu posso responder?

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - É claro; é lógico.

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Sr. Relator, como se adquire as terras. Mais uma vez, nós temos instruções normativas detalhando o procedimento técnico. Nesse ano em que estou à frente da Autarquia, eu recebi várias vezes movimentos sociais de todos os matizes que insistiam exatamente na obtenção de imóvel “a”, “b” ou “c”. E nós argumentávamos, com base em laudos



técnicos, que aquelas terras não eram adequadas inclusive para a reforma agrária. Isso não é, digamos assim, um caso único, isso é a norma do INCRA. Temos avaliação técnica, existe projeto. A gente tem tentado evoluir é nessa coisa do território, não olhar o imóvel sozinho, porque, como eu mostrei no caso do Pará, um imóvel sozinho muitas vezes nem é adequado. Nós precisamos olhar o território para ver até a prestação de serviço, a possibilidade de desenvolvimento daquelas famílias. Estamos até complicando, eu diria, mas ficando mais exigente do ponto de vista técnico. Quanto ao cadastro dos beneficiados, nós temos um problema, que eu mostrei aqui também; não escondi, como prometi falar a verdade do que eu souber. Então, aqui foi mostrado. Nós temos um SIPRA, que é um Access. Eu não sou do ramo de informática, mas quem entende me disse ser um negócio do tempo do Onça, não suporta nenhum cruzamento de dados se eu quiser fazer com a Receita. Então, nós estamos com um contrato novo em folha com o SERPRO para fazer o recadastramento universal, Relator.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Quer dizer que é vulnerável mesmo?

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Esse recadastramento universal começa agora e vai ser todo feito por um sistema novo do SERPRO.

(Segue-se exibição de imagens.)

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - O.k. Nobres pares, o art. 18 que citei diz: *“O órgão federal executor do programa de reforma agrária manterá atualizado o cadastro de áreas desapropriadas e das adquiridas por outros meios e de beneficiários da reforma agrária e disponibilizará os dados na rede mundial de computadores”*.

Diz o Superintendente Regional do INCRA do Distrito Federal: *“Diante disso, levando-se em consideração as constantes reivindicações e lutas pelo imóvel, declaramos que a LCPC — Liga Camponesa do Planalto Central ficará responsável juntamente com o INCRA pela organização das famílias que serão assentadas no mesmo quando de sua desapropriação”*.

Aqui diz o contrário do que está sendo colocado. Aqui os órgãos continuam direcionando pessoas. As pessoas têm que ser escolhidas pelo critério da lei, apenas isso.



A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Se me permitir, quero fazer um comentário.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Já vou passar a palavra para a senhora.

Por exemplo: após pedido do movimento social, o INCRA excluiu um cidadão do assentamento. Posteriormente, o mesmo movimento social pediu a reinclusão do cidadão, o que foi acatado pelo INCRA.

Ou seja, esse movimento informal que o INCRA faz de excluir alguém, depois vem um movimento, às vezes, com CNPJ ou sem, faz uma reivindicação, que também é uma informalidade, e o INCRA, ouvindo aquele segmento, coloca novamente essa pessoa dentro desse enquadramento.

Aqui há um caso em que a certidão da própria assentada, Maria Liés Rodrigues de Andrade, do Projeto de Desenvolvimento Sustentável de Bordolândia, comprova isso, conforme documento do INCRA, no qual ela mesma foi excluída a bel-prazer, sem nenhum critério técnico e jurídico.

O INCRA delega aos movimentos sociais a escolha das pessoas a serem assentadas: Movimentos sociais vendem o direito a receber lotes. Quem afirma isso? *“Essa entidade, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de União do Sul, em Mato Grosso, está autorizando o Sr. Wifrido Ramão Gomes Aguilera a tomar posse do Lote nº 127 (...)”*

O comprovante do depósito bancário está na conta da líder sindical. Está aqui o documento. *(Exibe documento.)* Um sindicato vende o lote, recebe o dinheiro e dá o direito de essa pessoa tomar posse naquele lote do assentamento do INCRA.

“Líder de um acampamento recebe 500 reais de entrada para colocar o nome do cidadão dentre os beneficiários de um futuro assentamento”. Essa reportagem saiu em matéria nacional, mostrando o flagrante dessa pessoa recebendo 500 reais para passar o lote para frente.

O INCRA delega a escolha das pessoas a serem assentadas aos movimentos sociais. Movimentos sociais vendem o direito a receber lote. Parte do dinheiro arrecadado beneficia os servidores do INCRA, que fazem parte do esquema. Os próprios servidores do INCRA chegam a receber lotes da reforma agrária. Os documentos oficiais disso também estão na Secretaria.



Pergunto: o INCRA possui parcerias com o MST e assemelhados? O MST possui registro formal de CNPJ? Com que base legal se faz parcerias com uma instituição que não possui sequer registro formal?

Eu quero que a senhora responda as três perguntas de forma objetiva.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - É a que o Relator escolheu.

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Posso?

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - É claro, lógico.

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Em relação a todos esses casos específicos que o Sr. Relator colocou aqui à mesa, à disposição, eu acho que são todos casos de polícia. Dentro do INCRA, quando nós percebemos algum funcionário cometendo alguma ilegalidade, abrem-se os processos. Inclusive eu queria aproveitar e até pedir ajuda desta CPI. Nós solicitamos a criação específica de um órgão de corregedoria dentro do INCRA, pelo tamanho inclusive do trabalho que se faz. Hoje, a gente tem uma corregedoria que não é perfeita, mas, assim que há denúncia ou indício, a gente abre esses processos. E o caso de polícia, Sr. Relator, por favor, faça-me a gentileza, eu peço à assessoria que depois pegue esses casos, porque, um por um, eu quero tudo na Polícia Federal na sequência. Em relação às perguntas que o senhor fez, nós não temos parcerias com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST. Quanto ao registro formal, eu acho que o senhor tem que perguntar a eles, né?

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Não, espere aí. A senhora não pode dar essa resposta para mim.

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Não, eu não tenho.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - A senhora não pode. A senhora é Presidente do INCRA.

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - É outra entidade, senhor.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - O MST é um órgão ligado ao INCRA, que tem relação... *(Manifestação no plenário.)* A senhora mesmo disse.

Eu gostaria de pedir respeito aos colegas.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O senhor não pode mentir.



O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu gostaria de pedir respeito aos colegas.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu estou lhe respeitando.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - V.Exa. também tem que respeitar a convidada.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Respeito aos colegas.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu quero respeito à verdade.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - V.Exas. não vêm fazer teatro aqui não.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - V.Exa. está colocando palavras na boca dela.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu vou repetir a pergunta: a senhora afirma na sua fala, na sua introdução, que os órgãos organizados têm relação com o INCRA. Eu fiz várias leituras de uma relação do MST com o INCRA, de visitação, trouxe aqui provas de que o MST tem relação com o INCRA. E tem relação de diálogo. A relação não pode ser de diálogo? Tem relação de diálogo.

O SR. DEPUTADO MARCON - Tem relação política, é um movimento legítimo.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - A senhora não sabe me responder se o MST tem CNPJ ou não? Se é um órgão constituído ou não?

O SR. DEPUTADO MARCON - É uma organização política.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - A senhora não tem essa informação? Nunca teve essa curiosidade de saber quem senta do outro lado da mesa com o INCRA, se tem CNPJ ou não?

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Muito bem. Do ponto de vista da gestão pública, eu só teria obrigação de saber esses detalhes se eu...

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - A senhora não sabe?

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Escute, por favor, Sr. Relator. Eu só teria obrigação de saber caso eu fosse formular junto a essa entidade, ou a qualquer outra, convênio ou qualquer documentação legal, cooperação técnica, todos os dados. Como eu não tenho nenhum contrato, convênio, acordo de parceria nenhum com essa entidade, eu não tenho obrigação legal de saber.



O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - A senhora não sabe?

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - E o que eu queria ressaltar é que eu falei... *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Não se importe com os aplausos, não. Pode continuar falando. A claque pode deixar para depois.

Eu quero dizer que quem não é Deputado e fizer qualquer tipo de movimento, nós vamos pedir para se retirarem. Aqui não é nenhum teatro. Deputado tem todo o direito.

(Tumulto no plenário.)

O SR. DEPUTADO MARCON - Vai levar algemado, Prefeito?

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Isto aqui é uma CPI! Eu gostaria que V.Exas. tivessem respeito.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Não fique nervoso.

(Não identificado) - Cunha caiu com esse jeito ditatorial.

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Eu queria somente ressaltar que essa relação que eu estou falando com os movimentos organizados, eu estou me baseando na Lei do SUAS, não na Lei da Reforma Agrária, que diz que a gente tem que recorrer a essas entidades para proteção dos vulneráveis. Nesse sentido, a gente atende qualquer entidade, Sr. Relator, que nos procure.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - O.k. Então, não há nenhum tipo de convênio?

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Nenhum convênio, nenhum tipo de documentação assinada, nada.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - O.k., muito obrigado.

A senhora conhece o Projeto CAMOSC? Responda-me só com "sim" ou "não". No microfone, por favor.

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Desculpe, não.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - A senhora não conhece o Projeto CAMOSC?

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Não.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - O Projeto CAMOSC é destinado ao ensino de Agronomia a assentados.



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu gostaria de pedir a atenção. É importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, pessoal.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - A depoente diz que não conhece nenhum tipo de convênio com o MST. O Projeto CAMOSC, que ela diz que também não conhece, destinado ao ensino de Agronomia a assentados, foi feito em parceria com o INCRA, Universidade do Estado de Mato Grosso e MST.

Um dos objetivos do Projeto é a formação de técnicos, militantes, comprometidos com movimentos sociais do campo, especialmente do MST. A avaliação dos alunos tem por base as horas-aula de frequência a palestras do MST (TCU). O documento oficial está aqui. *(Exibe documento.)* O MST tem, sim, convênio com o INCRA. Tem aqui o documento.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Como? Como? Como? Cadê o CNPJ do MST?

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Parceria do INCRA com o MST no Projeto CAMOSC. Como estabelecer parcerias com um movimento não constituído formalmente? Identificação das entidades parceiras: CAMOSC, universidade estadual, MST, MDA, INCRA. O documento está na Secretaria da CPI à disposição de todos os Deputados.

A pergunta quatro. Eu gostaria...

O SR. DEPUTADO PADRE JOÃO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Gostaria que solicitasse uma cadeira para o Procurador do INCRA. É o Procurador, embora ela seja convidada...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Srs. Deputados, de parte da Presidenta do INCRA, não houve nenhuma solicitação nesse sentido. Se ela solicitar, imediatamente a cadeira será colocada para a assessoria. Não há problema. Não houve negativa alguma, porque não houve solicitação de parte dela.

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Posso solicitar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Portanto, o Deputado não se arvora na defesa do que não foi questionado.



A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Posso solicitar, Sr. Presidente? Os detalhes realmente técnicos, eu preciso da Procuradoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, só vai contribuir para a qualidade do depoimento. Fique à vontade, é só pedir.

O SR. DEPUTADO PADRE JOÃO - Alceu Moreira parece gaúcho. Agora sim! Melhorou um pouco.

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Obrigada. Posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Só gostaria, Sra. Maria Lúcia, por favor, decline, no microfone, o nome do assessor que lhe vai assessorar para que fique nas notas taquigráficas.

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - O nosso Procurador-Chefe da Procuradoria Especializada do INCRA, Dr. Júnior Fidéles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Doutor?

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Júnior Fidéles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Júnior Fidéles. Está bem, Por favor, segue, Sr. Relator. Acrescentarei o tempo da interrupção.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - A pergunta que eu faço a V.Sa.: o INCRA efetua o licenciamento ambiental antes de realizar um assentamento? Só gostaria de um “sim” ou “não” sobre isso.

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - A lei mudou. Antigamente era exigido licenciamento ambiental. Em que ano mudou? Em 2012 ou em 2013, houve uma mudança na legislação, com a resolução do CONAMA, que dispensa esse licenciamento prévio. Mas como eu mostrei aqui, nós cumprimos inclusive a meta do CA. Estamos atualizando todo esse levantamento e, graças a Deus, conseguimos concluir.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - O.k.

O INCRA possui qualquer preocupação ou controle — preocupação é óbvio que deve ter — sobre as condições ambientais dos assentamentos?

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Sim, senhor. E temos um programa muito interessante, muito bonito também, chamado PAV — Programa



Assentamentos Verdes. Ele é auditado pelo Ministério Público Federal. Nós já fizemos um trabalho de recuperação, de resgate de vários passivos ambientais.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Gostaria que passasse o próximo espelho, para que a senhora desse uma observada, antes da minha pergunta, com bastante cautela, até porque uma boa imagem às vezes dispensa. São imagens de propriedades antes e após o assentamento.

Se a senhora observar no quadro à esquerda, abaixo, em vermelho, o desmatamento via trator de esteira e, à direita, um garimpo ilegal. Todas essas áreas são áreas de assentamentos.

O próximo, por favor. Se a senhora prestar atenção, ali está uma caminhonete do INCRA e passando um caminhão carregado de tora ilegal, ao lado de um veículo do Governo Federal, do INCRA. Somente uma ação civil pública estipula, para a madeira extraída de um assentamento, o valor de mais de 1 bilhão de reais.

Nas palavras do MPF: *“Os procedimentos irregulares adotados pelo INCRA na criação e instalação dos assentamentos vêm promovendo a destruição da fauna, flora, recursos hídricos e patrimônio genético, provocando danos irreversíveis ao bioma da Amazônia”*.

Pode passar o próximo. Eu gostaria que a senhora olhasse o conjunto.

A estatização da multa pelo desmatamento: o Estado paga, ninguém responde, porque o IBAMA multa o INCRA, não o assentado. Com isso, paralisa. O valor dessa multa é 17 milhões de reais. Sujeito passivo da multa: Instituto Nacional da Reforma Agrária — INCRA.

Só para deixar claro, nós fizemos questão de mostrar esses espelhos, porque isso ainda continua. Esse foi apenas um dos que pegou e há outros que ocorreram depois.

Quero informar à Sra. Maria Lúcia que a multa é do IBAMA contra o INCRA. Com isso, suspendem-se todos os direitos dos assentados. Eles não são multados, mas, com a multa, suspendem-se todos os direitos de acesso a financiamento, a programas sociais federais, a qualquer tipo de incentivo. Eles perdem todo o direito devido à aplicação de multas sobre essas áreas. Há muitas áreas que, há 10 anos, recebem essas multas, e não há solução.



Então, aqui fica a orientação e a sugestão desta Casa para que haja — e acho que não é preciso haver resposta nem explicação, porque isso é flagrante — agilidade para resolver o problema das multas e também redução dos desmatamentos, porque a maior parte do desmatamento na Amazônia, de acordo com o TCU, foi dentro de assentamentos do INCRA.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não, não, não, foi não!

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Os Parlamentares terão tempo para falar posteriormente. O seu descontentamento não pode servir para interromper, senão vou acrescentar o tempo.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - A senhora vai ter todo o tempo, ao final. Anote essas coisas e, no final, a senhora vai falar.

O SR. DEPUTADO MARCON - É um no pé e outro na ferradura.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Quero só quero informar aos interessados que a assessoria dividiu em algumas etapas para colaborar. A primeira etapa é sobre como se desapropria a terra para assentamento. A segunda é sobre como o assentado é escolhido, e aí mostrando algumas falhas do INCRA.

O SR. DEPUTADO MARCON - E a montagem de foto, qual é a etapa?

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - E a terceira entrou na questão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Essa deve saber V.Exa., que é especialista. Mas V.Exa. não tem a palavra.

O SR. DEPUTADO PADRE JOÃO - Sr. Presidente, gostaria que o Relator disponibilizasse esses documentos para os Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu vou avisar a V.Exa., que faz parte da CPI, vou avisar pela 15ª vez. Esses documentos que estão expostos são públicos e estão na Secretaria à disposição de qualquer Parlamentar. A sua solicitação é intempestiva e desinformada.

O SR. DEPUTADO PADRE JOÃO - Tem esses dados?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não, não, o senhor não tem a palavra, por favor.

Uma pergunta dessa nesse período, pelo amor de Deus! Deixe os documentos...



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - É claro!

O SR. DEPUTADO PADRE JOÃO - O Relator faz uma denúncia, e eu tenho o direito de saber onde foi e a data desse assentamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está nos documentos.

O SR. DEPUTADO PADRE JOÃO - V.Exa. está equivocado e autoritário enquanto Presidente. É direito meu, enquanto Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - V.Exa. não tem a palavra. V.Exa. não tem a palavra. E aqui não é a sua igreja, aqui é a Câmara.

O SR. DEPUTADO PADRE JOÃO - Quando foi feito esse assentamento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pode falar, Deputado Nilson Leitão, por favor.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu quero só informar aos Deputados que nada que nós estamos perguntando ou tudo o que nós estamos perguntando é baseado em documentos. Agora, isso aqui é uma CPI, não é uma Comissão normal. Documento não pode ser distribuído assim, estão na Secretaria à disposição. Está oficializado que todos os Deputados têm o direito.

Quando ela foi convocada a comparecer, todos os Deputados poderiam ter ido à Secretaria e buscado os documentos. Eu só gostaria que não se polemizasse isso.

A quinta pergunta que eu faço a V.Sa.: qual o procedimento do INCRA para titulação de lotes? Existe alguma forma de controle para o cumprimento da Lei n.º 13.001, de 2014, e titulação das terras? Se o assentado quiser efetuar o pagamento do crédito de instalação, o que deve fazer junto ao INCRA?

Então, quero que a senhora responda, de forma tranquila, qual é o procedimento do INCRA para a titulação dos lotes, apesar de haver o novo decreto vigente, que é muito recente, mas nós estamos falando aqui de uma denúncia passada.

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Sr. Relator, eu agradeço mais uma vez a oportunidade de dar esses esclarecimentos. Muitas coisas que o senhor mostrou aqui realmente constituem irregularidades e são casos de polícia. Tivemos o próprio superintendente do INCRA, alguns deles que saíram direto para a



Polícia Federal. Então, o cometimento de irregularidades, nesse caso ali da madeira, no Pará, e tudo mais, terminou na Polícia Federal, porque o INCRA não é polícia. Então, cada qual com seu cada qual. Quando a gente encontra o indício, abre o procedimento interno. E, uma vez confirmado, ou quando a polícia já faz o trabalho dela e chega na frente, acontece realmente e é coibido esse tipo de comportamento, como o senhor mostrou ali, de venda de madeira, que foi uma das coisas que eu aproveito, como o senhor está nos ajudando, eu queria também pedir essa ajuda de volta. A modernização tecnológica, às vezes, a pessoa pensa assim: “*Não, falar de um satélite do INCRA parece uma coisa de outro planeta*”. Ele não é caro, são 200 milhões de dólares. Em 10 anos ele se paga. E ele permite a gente ver antes que essa derrubada aconteça e a gente fique sabendo depois, porque, com certeza, irregularidades e malfeitos vai ter gente querendo fazer a vida inteira. Mas eu acho...

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Só um parêntese que eu quero fazer nessa sua colocação, para colaborar.

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Pois não.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Quando se diz que a multa é do IBAMA contra o INCRA, subentende-se — e falo isso também baseado já em denúncias aqui, informações — que beneficia aquele grupo não de pessoas que preenchem os critérios para serem assentados, mas daquele grupo que assume a terra e depois a abandona, que são inúmeros casos, como a senhora sabe. Essas pessoas desmatam, vendem a madeira, são protegidas exatamente por que não são multadas, então, elas são criminosas. Eles cometem um crime ambiental como pseudoassentados, porque não são apenas beneficiadas naquele primeiro momento, vendem a sua terra, vendem a madeira, exploram o minério, a fauna, a flora e tudo o que é possível. E eles apenas mudam de região e continuam assentados, fazendo o mesmo *modus operandi* em outra região.

É uma quadrilha montada para fazer isso, mas já faz muito tempo que essa quadrilha continua, muitos envolvidos, inclusive em movimentos sociais. Isso está comprovado inclusive com várias ações de outras naturezas. Mas esse crime, e aí que eu quero saber, se o INCRA não tomar uma atitude em penalizar aquele que desmata, vai continuar ocorrendo.



Por isso, esta CPI existe, porque não há atitude do INCRA e do Governo para coibirem essa continuidade do crime.

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Sem dúvida alguma, eu acho que é necessário, como disse, é caso de polícia. Eu acho que é caso mesmo de investigação de quadrilha, de formação de quadrilha. E vocês aqui no Parlamento podem, os senhores aqui no Parlamento podem ajudar inclusive convocando a própria polícia para relatar os casos, os processos que já estão em andamento. E eu sugeriria também, no caso de como o INCRA tem procurado melhorar, nesse sentido, o nosso TAC — Termo de Ajuste de Conduta, que foi assinado já tem mais de 3 anos ou 4 anos, com o Ministério Público Federal, que chama Programa Assentamento, para evitar esse tipo de coisa. Então, também fica a sugestão de escutar o Ministério Público Federal, porque ele pode depor em nosso favor, contando todo o esforço e todo o investimento que a gente tem feito. Quanto à condição de permanência do lote, que esse decreto recente também trata, para coibir esse tipo de irregularidade, no contrato dele, para ser assentado, ele se responsabiliza pelo passivo ambiental. Então, uma pessoa que descumpre comprovadamente jamais poderá continuar no lote do assentamento de reforma agrária.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - E qual o procedimento do INCRA e para a titulação dos lotes?

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - A titulação. Pronto! Voltamos. Então, em relação à titulação...

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu só gostaria, até para o nosso modelo aqui não atrasar, as perguntas que eu faço, a senhora se atente em dar respostas tranquilas sobre elas porque, depois que eu fizer as perguntas, eu vou discorrer sobre o contraditório. Aí vou entregar à senhora todos os documentos, sem problema nenhum, naquilo que a senhora puder responder.

Depois vem a próxima pergunta. Eu já estou nesse novo tema, até para não ficar voltando tema e atrapalhando a forma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado, me dá 1 minuto. É só para permitir que sirva café quente e com açúcar para a bancada do Partido dos Trabalhadores, senão vão perceber que eu estou...



O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Da minha parte é puro, Sr. Presidente, café puro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Puro, sem açúcar, por favor, sirvam café.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Sr. Presidente, o Relator já está há 50 minutos. Sr. Presidente, o Relator já está há 50 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Se a relatoria estiver fazendo um trabalho esclarecedor, a Presidência desta Comissão autoriza a prorrogação do tempo.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Por favor, Sra. Maria Lúcia, qual o procedimento do INCRA para a titulação dos lotes?

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Antes da Lei nº 13.001, esse tema era regido pela Lei nº 8.629, de 1993, que não era muito clara. Então, as titulações foram de muito pouca quantidade. Algumas que aconteceram, nesse valor que eu mostrei aqui, mais de 300 mil ao longo da história do INCRA, devem-se ao tempo inclusive da colonização. Então, a partir da Lei nº 13.001, realmente as coisas ficaram mais claras, e o decreto regulamentador foi publicado essa semana. Foi um esforço muito grande da nossa equipe, e aqui eu também parablenizo a equipe do INCRA. E nós conseguimos, finalmente, Sr. Relator, colocar, inclusive como a Lei. nº 13.001 prevê, as duas opções: tanto a concessão de direito real de uso quanto também o título de domínio definitivo, a opção voluntária de cada assentado. Então, eu acho que isso também é um salto para a modernidade. Esperamos que, a partir de agora, as metas de titulação passem a ser uma realidade a cada ano no trabalho do INCRA.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Essa abertura que dá nesse novo decreto, em que a terra pode continuar estatizada ou de propriedade pessoal, é estranha, porque todo mundo quer ser dono da sua terra. Há estudos sobre isso para ter esse decreto, em que essas pessoas querem continuar morando na terra, mas que essa terra seja de propriedade do Estado? Existe estudo sobre isso? Eu moro em região que tem assentamentos, fui Prefeito, tem assentamentos. Todos que eu conheço querem ser proprietários.



A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Eu espero que todos queiram também avançar nesse sentido. O que a Lei nº 13.001 prevê — e o decreto só regulamenta a Lei — é a opção, o direito de opção. Por quê? Por que o direito, a CDRU — Concessão de Direito Real de Uso é gratuita e o TD é pago. Então, eventualmente, as famílias poderão fazer essa opção: se querem ficar com CDRU, que, para efeitos legais, tem a mesma validade, ou o TD, está certo? É o direito de ele escolher, de cada família.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - O.k. Se o assentado quiser efetuar o pagamento do crédito de instalação, o que deve fazer junto ao INCRA?

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Estamos, se Deus permitir, ainda esta semana, fazendo a instrução normativa, porque é a hierarquia das leis. Vem a lei, vem o decreto regulamentador e agora a instrução normativa.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Então, hoje ele ainda não tem essa condição?

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Assim, pelo decreto já está muito claro, é procurar o INCRA. Estão lá as bases de cálculo, todos os percentuais de abatimento, porque tem algumas coisas para facilitar a aquisição do imóvel, como qualquer banco.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Hoje ele já pode fazer isso?

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - A partir de hoje não. A partir da semana que vem, se a gente conseguir publicar a instrução normativa.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - O.k. Então, até hoje não pode, é isso?

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Até hoje ainda não. Vamos fazer a instrução normativa.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Bom. Só vou fazer um comentário sobre as perguntas.

Dados evidenciam que não foram titulados cerca de 500 mil lotes dentro aqueles que foram entregues pelo INCRA há mais de 10 anos.

Vários procedimentos do TCU identificam que não há controle dos créditos concedidos pelo INCRA, o que inviabilizaria a titulação. (Acórdão nº 2.050/2011-TCU-Plenário).

Só para deixar claro aqui.



Sra. Maria Lucia, quais medidas o INCRA tem adotado para a melhoria da dignidade nos assentamentos?

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Diversas medidas. Nós tentamos mostrar aqui, pelo tempo que era de 20 minutos na apresentação inicial, a prestação de assistência técnica a quase 400 mil famílias; a prestação do crédito para mais de 26 mil famílias. Isso estou me reportando ao relatório de gestão do ano passado, recentemente entregue ao TCU e à CGU. Nós fizemos também mais de 51 mil famílias com alcance de obras de infraestrutura, que vai desde o abastecimento de água, estradas, pontes de acesso; e mais — me esqueço do número agora — outro tanto, acho que mais de 30 mil famílias na agroindustrialização. E se o senhor disser assim: *“Está suficiente?”* É claro que não. Quem tem 1 milhão de famílias assentadas nesse Brasil imenso, com peculiaridades regionais, como eu mostrei naquele mapa do Pará. Uma coisa é acesso a hospital no Pará; outra coisa é acesso a hospital no Paraná, por exemplo, e assim vai, no Mato Grosso, aqui no DF. Então, a gente precisa, eu insisto, modernizar o INCRA cada vez mais, regionalizando a política, adequando a realidade dos territórios, territorializando. Então, eu acho que esse é o caminho para melhor atender o cidadão brasileiro e também, com muita tecnologia, para que evite que as pessoas tenham que se deslocar até para poder requerer um serviço desse tipo. Mas eu destacaria, acima de tudo, Relator, se me permite, o PRONERA. Eu volto aqui ao caso que o senhor mostrou, de um convênio do INCRA com a Universidade do Estado de Mato Grosso. Eu não lembrava a sigla, o nome, mas nós temos convênio. Ali foi de 2006, já há mais de 10 anos, imagino que já deve ter sido prestado conta e tudo. Mas nós mantemos hoje e temos mais de 90 universidades federais e escolas técnicas contratadas à semelhança do PRONATEC, para prestar desde alfabetização até graduação e residência agrária. Então, a juventude do campo é o futuro. Eu acho que esta Casa tem que se solidarizar com a gente nesses programas e, se possível, aumentar o orçamento do INCRA.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Desde que tenha CNPJ, não tem problema nenhum.

Em 2014, foram assentadas 32.277 famílias, das quais somente 1.965 tiveram o provimento de água para consumo doméstico. Ou seja, mais de 30 mil



famílias foram assentadas no ano de 2014, sem que tivessem o acesso à água fornecido pelo INCRA. A fonte é o Relatório de Gestão do próprio INCRA.

O Acórdão 753/08 do TCU já identificou a ausência do INCRA no que se refere à assistência técnica e verificação de questões socioeconômicas dentro dos assentamentos.

“Quanto ao fornecimento de lona para os acampamentos, foi esclarecido que, em dezembro, não foi possível o pagamento do fornecedor e ainda não chegou o recurso solicitado para aquisição, já que o pedido foi repassado à Ouvidoria-Geral”. (Superintendência Regional do INCRA do Mato Grosso).

Ou seja, o INCRA tem licitação para comprar lona. Lona? Lona? Se um proprietário privado comprasse lona para o seu funcionário, ele estaria enquadrado em trabalho escravo. O Governo está tratando o assentado como trabalhador escravo. Esse proprietário perderia todos os direitos. O INCRA comprar lona para o cidadão morar? É um contrassenso, é uma humilhação o que está fazendo.

Residir em barracos de lonas por anos a fio representa dignidade? O INCRA deve se comportar comprando lona para os seus...

O SR. DEPUTADO MARCON - Até Deputado fabricou lona preta.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu vou fazer outra pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Relator, siga, por favor.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Isso fará parte, por mais que exista contrariedade, do relatório.

O SR. DEPUTADO MARCON - A solidariedade é parte positiva.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - É totalmente legal.

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Quero dar um esclarecimento.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Não, aqui estão os documentos, que vou passar. Para isso não tem esclarecimento? Desculpe-me.

Sra. Maria Lúcia, o que o INCRA tem feito para combater a venda irregular de lotes e para destinar a terra àqueles que dela realmente precisam trabalhar?

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - É para responder?

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Pode responder.



A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Quanto à questão da lona, só um esclarecimento. Não é o INCRA. A gente executa, às vezes, para o MDA. Existe a Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, a Ouvidoria Agrária é quem providencia a lona. Às vezes, eles solicitam o repasse do Orçamento para que a gente faça essa aquisição. Mas é o caso exatamente de pessoas em extremo risco. Quando você chega a dar uma lona ou a Ouvidoria Agrária chega a dar a lona, é por conta disso. Sobre a venda de lotes, eu já respondi antes, é à semelhança dos madeireiros, dos garimpeiros. É caso de polícia. E, quando a gente descobre isso, faz internamente a punição aos servidores e passa imediatamente — e eu tive oportunidade já de fazer isso no ano passado —, comunica imediatamente à Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - O.k. Mas o que estranha — e aí não é só no seu período, o seu período é recente — é que a irregularidade não é baixa. O procedimento do TCU detectou 578 mil beneficiários irregulares. Não são alguns beneficiados; é quase meio milhão de pessoas irregulares nos assentamentos.

O total de concessão de pessoas já contempladas pelo PNRA é de 23.200; idade inferior a 18 anos ou maior que 60, 5.551; titulares de mandatos eletivos, 1.017; e falecidos 37.997. Quer dizer, o modelo que o INCRA coloca é um absurdo.

Outro exemplo é o R.R.S. que faleceu. Aqui nós não vamos colocar o nome. O Sr. Fulano de Tal faleceu em que 15/02/2003 e, 6 anos após, em 30/12/2009, recebeu o lote.

Ademais, o falecido está cadastrado no Bolsa Família e possuiu DAP — Declaração de Aptidão ao PRONAF. Esse falecido tem Bolsa Família, tem Declaração de Aptidão ao PRONAF e recebeu terra de assentamento. Não é possível que o INCRA não tenha o mínimo de controle em relação a isso.

Eu gostaria que colocassem o que nós chamamos de “Esquemão”, que é uma roda que tem ali, para que a senhora possa tomar providências, com a colaboração desta CPI. As invasões do INCRA mais: movimentos sociais, crimes ambientais, PRONAF e outras subvenções, inviabilidade dos assentamentos, não titulação, venda irregular de lotes, tudo isso faz parte do dia a dia dos assentamentos do INCRA na prática.



O resultado, por exemplo, é o Município de Novo Mundo, em Mato Grosso. O Município todo tem 4.449 habitantes, de acordo com o IBGE, habitantes, contando a área rural e a urbana. A capacidade de assentamentos de reforma agrária é de 4.160 lotes do INCRA, o que, em tese, comportaria 16 mil pessoas. Ou seja, se toda a população rural de Novo Mundo fosse composta por assentados, ainda restariam desocupados 3 mil lotes de reforma agrária naquele Município. Então, não há um estudo que de fato possa fazer a distribuição dentro de uma realidade.

Eu gostaria que colocasse o outro gráfico, por favor.

Já estou finalizando, Sr. Presidente, só são mais três espelhos.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Mostra o mapa do Município para nós entendermos a região.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - V.Exa. vai ter o tempo para a aula de Geografia posteriormente, Deputado.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - É pertinho de Sinop. Eu te convido, inclusive, para ficares na minha casa, como nosso convidado. Não vai ter custo nenhum.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Eu conheço Sinop.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - A área destinada à reforma agrária: 88 milhões de hectares. Total de área plantada no Brasil: 70 milhões de hectares. O TCU tem 570 mil lotes irregulares; o MST, 120 mil famílias acampadas. Existem 5 vezes mais lotes com indícios de irregularidades do que famílias listadas pelo MST para receberem terra.

Eu queria perguntar à senhora se, tendo em vista as dimensões continentais do nosso País, não seria adequada a formulação de convênios entre o INCRA e os entes federados, estaduais e municipais, para a gestão da arrecadação de terras?

Por exemplo, o IBAMA delega a competência de muitos licenciamentos às Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. No caso de Mato Grosso, hoje, a Secretaria de Meio Ambiente do Mato Grosso acaba cumprindo esse papel junto com o IBAMA, para poder dar celeridade. Por que o INCRA também não inova nessa situação, passando aos Governos estaduais que têm esse interesse a colocação dessas áreas colocadas?



Eu acho que a senhora concorda com isso, compreende, e poderá fazer o seu comentário no final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Peço que conclua, Relator.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Por fim, Sr. Presidente, qual a verdadeira finalidade, ou necessidade, dos 21 decretos expropriatórios assinados pela Presidente Dilma no último dia 1º de abril?

Não seria melhor investir os recursos em infraestrutura, em fornecimento de água, em construção de residências dignas, em prestação de assistência técnica à retomada dos lotes regulares e destinação a quem realmente precisa de terra para trabalhar? Haja vista que o TCU — e isso vem depois do relatório do TCU — aponta que existe quase meio milhão de lotes irregulares sendo dados, e que poderiam ser recuperados e redistribuídos. Em vez de melhorar o existente, se aumenta ainda mais a distribuição de lotes, promovendo a bagunça enorme que está aí.

Então, o que nós deixamos claro é que, de fato, essa resolução não colabora com o que precisa ser feito.

Por último, eu gostaria de perguntar à senhora sobre os cartórios de registro de ofício de propriedades rurais beneficiadas. Com a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015, temos notícia de que os cartórios estão temerosos em proceder aos registros. Os problemas são dos cartórios ou do INCRA?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Dra. Maria Lúcia, por favor, V.Sa. tem a palavra para as respostas. Peço que seja o mais objetiva possível.

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Obrigada, Sr. Presidente, Sr. Relator. Então, eu vou começar pelo mais fácil. A parceria com os Estados é muito bem-vinda, totalmente de acordo. Temos agora em andamento com o Pará, com o Ceará e com vários outros Estados — e esses dois se destacaram, para mim, por causa da presença dos Governadores, que foram muito bacanas nesse sentido. Em relação aos cartórios, também é fácil responder. Eu acho que nós podemos até ser solidários e chamar aqui a associação dos cartórios do Brasil para fazer algum esclarecimento e tirar um pouco esse medo. Mas a lei é clara. Realmente, a bola está com os cartórios.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Está o.k.



A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - E, finalmente, em relação aos decretos expropriatórios, se o senhor me permite discordar, eu acho que uma coisa não impede a outra. Nós temos que continuar avançado na obtenção de terras, por um motivo muito simples: nós estamos falando dos 120 mil vulneráveis, aqueles que estão “*embaixo da lona*”, como o senhor falou. Mas quem quer também terra no Brasil, há muita gente, pequenos proprietários que têm direito à terra também. Então, estamos dando esse enfoque ao vulnerável que está “*embaixo da lona*”, mas os brasileiros, a reforma agrária no sentido que a civilização ocidental fez para avançar com o processo econômico de crescimento e de desenvolvimento, ela também tem que pegar a classe média rural. Então, eu acho que a gente não pode dar como feito quando assenta 120 mil. Nós, aí, temos que abrir espaço para que os proprietários, agricultores familiares que não estão vulneráveis...

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - A senhora concorda que 120 mil é o número de necessitados? Porque esse número é do MST, não é do INCRA.

O SR. DEPUTADO MARCON - Não precisa responder sim ou não.

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Na verdade, esse número que nós usamos... Não, no CadÚnico, nós estamos hoje com 137 mil, está certo? Porque isso é dinâmico.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - O MST está defasado em 17?

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - É porque esse número é dinâmico. Se a crise aumentar, se a crise aumentar, eu acho que, infelizmente, aumenta a favela, aumentam acampados, aumenta toda essa população vulnerável.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - O.k. Eu quero aqui agradecer a minha parte. Os Deputados vão perguntar. Só quero aqui deixar claro que a sua resposta afronta o relatório do TCU, porque o TCU indica que há mais de 500 mil lotes irregulares... A senhora vai responder, depois, com os demais.

Os 500 mil lotes irregulares... E não é possível, que dentro deles — se o TCU estiver completamente errado, o que duvido muito —, não é possível que 137 mil não estejam sobrando para atender a essas famílias vulneráveis, como a senhora coloca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Peço que conclua, Deputado.



O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - A Presidente Dilma extrapola, sim, num momento crítico do País, colocando mais crise no País em relação a essas desapropriações num País que não tem dinheiro.

Então, encerro minha participação aqui, Sr. Presidente. E quero dizer que extrapolei porque a Presidente do INCRA, talvez, tenha sido uma das presenças mais importantes para tentar dirimir nossas dúvidas que estão aqui.

Agradeço a V.Exa., agradeço a paciência aos Deputados e agradeço também à Dra. Maria Lúcia e ao Dr. Junior, que está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Dra. Maria Lúcia, eu sei que a senhora tem resposta a oferecer, mas, ao final, a senhora terá o tempo necessário para dar explicações. Pela importância do fato, deixe anotado e depois faça a resposta.

Concedo a palavra à Deputada Tereza Cristina, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO MARCON - Sr. Presidente, são quantos inscritos, só para uma informação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Vinte e oito.

O SR. DEPUTADO MARCON - Quem é o último inscrito?

A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Dra. Maria Lúcia, Presidente do INCRA, que já tive o prazer de convocar na Comissão de Agricultura, 1 ano atrás, quero dizer da importância da sua vinda aqui, parabenizar o Deputado Sergio Souza, que não pôde estar aqui, porque está em outra Comissão, e que fez o requerimento convidando a senhora para esta audiência, nesta CPI, que visa esclarecer e tomar alguns caminhos para melhorar a reforma agrária e resolver o problema da demarcação de terras indígenas e dos quilombolas no País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Vou pedir aos Deputados que desliguem os microfones, senão vamos acabar ouvindo a conversa de vocês.

A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA - Queria dizer para a senhora, como eu disse lá atrás, que continuo cada vez mais convicta. Eu sei do seu trabalho frente ao INCRA e quero até parabenizá-la, pois sei das dificuldades que a senhora tem encontrado, dada a balbúrdia que se tornou o INCRA durante esses anos. Não em todos os setores, mas, infelizmente, nessa área de assentamentos nós não podemos concordar com o rumo que as coisas tomaram. Tenho certeza de que a



senhora está tomando medidas. Há pouco eu pude ouvi-la falar sobre a regularização de lotes. Acho que a reforma agrária, do jeito que está...

Eu discordo totalmente dos meus pares, da oposição, que acham que tem que assentar por assentar. Nós não podemos tirar a dignidade das pessoas. Elas às vezes estão na periferia das cidades, são convidadas e têm que pagar para esses líderes de movimentos que fazem disso uma fábrica de colocar pessoas no campo.

Eu acho que nós temos uma lista e essa lista deveria ser cumprida. O TCU cancelou os novos assentamentos e deveria, primeiro, ter revisto a forma de fazer essa lista de chamada, porque ela está totalmente irregular. Nós temos muita gente no Brasil, há gente que quer vender terra para os assentamentos, mas não podemos continuar nesses ilícitos.

E esse documento do TCU mostra para a população o descontrole que nós temos. Então é só: "*vamos assentar, vamos lá*", façamos lá mais 100 pessoas no Município tal e vamos inchando esses Municípios, deixando essas pessoas serem colocadas de maneira indigna, sem casa, sem água. Há assentamentos com mais de 10 anos que já deveriam estar recebendo os títulos definitivos, e essas pessoas sequer têm água em suas moradias.

Então, Dra. Maria Lúcia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Peço que conclua, Deputada.

A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA - O INCRA sustentou que a sua defesa, no Processo 517/2016, no TCU, com relação às irregularidades de assentados, como os que possuem veículos de luxo, enfim, coisas que não condizem...(Risos.)

Não adianta rir, não. Eu sou favorável a que os assentados produzam, tenham vida melhor, possam adquirir casa para os seus filhos na cidade, possam ter suas produções aumentadas. Agora, eu acho que isso mostra, realmente, que há alguma coisa errada. Eu sou produtora rural, tenho 300 hectares e eu não consigo ter uma Porsche Cayenne com a minha produção.

O SR. DEPUTADO MARCON - É incompetência.

A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA - Não, eu não sou incompetente, não. E sou muito mais competente do que o senhor.



E quero dizer para a senhora, então, que essas coisas, para o bem da reforma agrária, e não para essas pessoas que, eu acho, não querem isso, mas querem a reforma agrária dos desvios, da roubalheira — que é o que nós não queremos mais neste País...

Nós queremos pessoas que, realmente, tenham terra para produzir, e elas podem produzir muito. Nós vimos aí o que nós temos de terra para entrar em produção. Mas infelizmente não é a realidade hoje no Brasil, na maioria dos casos. Há, sim, exceções e exemplos que podem ser seguidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Peço que conclua, Deputada, por favor.

A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA - Eu já vou concluir, Sr. Presidente.

Mas quero deixar aqui várias coisas — e vou encaminhar para esta Comissão, depois, dado o tempo e também porque estou presidindo outra Comissão — e dizer para a senhora que nós precisamos urgentemente recuperar, sob o risco de acabar com a reforma agrária no Brasil, se nós não tivermos ponderação, a dignidade, a idoneidade na chamada dessas pessoas. E nós precisamos dar assistência técnica, para que as pessoas no campo consigam sobreviver do seu trabalho. É esta a finalidade social.

Muito obrigada. Fico sem mais perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Quer fazer alguma referência? Por favor.

Logo depois, passarei a palavra para a Deputada Erika Kokay, em substituição aos Parlamentares que falariam antes dela.

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Eu vou fazer, sim, um agradecimento, também — já o fiz ao Deputado Sergio, faço agora à Deputada Tereza —, pela oportunidade e pelas considerações que a senhora teceu. Em relação ao TCU, eu fico só um pouco preocupada, porque esse número de 500 mil famílias não configura exatamente irregularidades, são indícios. Ele surgiu, esse número, de um cruzamento de um banco de dados que eu mostrei aqui na apresentação, que é muito antigo, de um sistema que nem roda mais — chamado Access. E hoje eu estou buscando no SERPRO, que é a nossa entidade que pode prover isso ao INCRA, uma tecnologia mais avançada que permita fazer esses



cruzamentos. Então, existem coisas no meio desses 500 mil, e nós estamos alegando isso e vamos mostrar isso ao TCU, coisas que eu tenho certeza que a senhora vai concordar comigo. Por exemplo, pessoas: 19 mil, dentre os falecidos, que morreram depois de ser assentados. A pessoa, porque recebeu um lote, não pode mais morrer... É meio complicado. E a lei prevê a sucessão do lote pelo herdeiro. Então, eu estou dando um exemplo. Outro é o de uma pessoa inválida, uma pessoa que tem deficiência mental. Nem todos os casos... Qualquer psiquiatra que se chame aqui à CPI vai dizer que nem todo deficiente mental ou físico está impedido de trabalhar. E a lei, o Estatuto da Terra, prevê o trabalho da família. Então são casos, também, em que eu acho que o TCU, digamos assim, exagerou a mão. Outros casos. Como o nosso sistema é antigo, você não consegue fazer o acompanhamento quando a pessoa troca de lote, aí é como se ela tivesse 2 ou 3 lotes. São 15 critérios. Eu poderia responder à senhora com vários exemplos, como esse. O do automóvel é uma exceção. A gente, inclusive, no início eles queriam automóveis de 30 mil, e a gente disse: "*Gente, se qualquer povo se juntar e comprar um caminhão, já é 70*". Aí eles subiram, graças a Deus, para 70. Não quero dizer que irregularidades não possam acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, peço que conclua.

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Mas eu só faço o pedido aqui, Presidente, que esse número falado dos 500 mil esta CPI não leve ao pé da letra, porque nós precisamos comprovar, critério a critério, para os senhores, Deputados e Deputadas, que não é bem assim. Era só isso que eu queria reforçar, mas concordo totalmente com a Deputada. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputada Erika Kokay, por 3 minutos, por favor.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sim, eu penso que nós já tivemos a oportunidade, nesta CPI, de fazer uma discussão acerca dessas avaliações do TCU e também do desmatamento dos assentamentos em reforma agrária.

Então, quando o Relator diz que houve uma constatação de que quem mais desmata na Amazônia Legal são os assentamentos de reforma agrária, ele incorre num conflito com a verdade, porque nós mostramos aqui que quem mais desmata é o grande proprietário — é o grande proprietário que mais desmata —, e os que



menos desmatam são os indígenas. Aliás, tem ano em que não tivemos nada de desmatamento nos territórios indígenas, porque tem uma relação de proteção à própria natureza.

Então, eu começo minha fala apenas a parabenizando pelos esclarecimentos e parabenizando o País por tê-la como Presidenta desta autarquia tão fundamental para o desenvolvimento agrário neste País. E... dizer que nós temos absoluta certeza de que os procedimentos que estão sendo tomados para apurar o malfeito, porque o malfeito existe...

Lembro que, quando era Presidenta da Central Única dos Trabalhadores, ainda na década de 90... no começo da década de... em 2000, para ser mais exata, nós fizemos um levantamento junto com o INCRA. E ali nós vimos uma série de irregularidades. O que nós temos de diferente na sua gestão é que as irregularidades estão sendo apuradas, apuradas, até porque não há um caráter discricionário partidário para isso; porque o que nós vimos é que grande parte das irregularidades apuradas, ela vem de partidos que são de oposição ou tem relação com partidos de oposição. E há um processo para apurar todas as irregularidades, independente de onde elas estejam vindo, o que nós não constatamos, quando eu tive a oportunidade de ser Presidenta da CUT, com esse levantamento que fizemos nos assentamentos aqui de Brasília e do entorno, onde constatamos uma série de irregularidades.

Mas é preciso também ter cuidado com esse relatório do TCU, porque ali se apurou... Ora, nós temos aqui beneficiários contemplados que são empresários, e, eu diria, aqui se viu que 94% dos registros de empresários referem-se ao exercício de atividade econômica rural, ou seja, tem compatibilidade com o processo de assentamento.

E ali nós vimos também... Aqui se falou muito dos eleitos, e o Relator falou de novo disso, mas aqui não se constatou, não se falou que 1.017 indícios apurados, 99% deles foram mandatos eletivos alcançados após a condição de assentado. Nós temos três Deputados aqui que são Deputados que são assentados da reforma agrária, e se tornaram... Ou seja, quando foram assentados, pela sua luta e pela sua representatividade, conseguiram ocupar um espaço nesta Casa. Deveríamos ter mais. Nós temos aqui o Deputado Valmir Assunção, o Deputado João Daniel, o



Deputado Marcon, que são assentados da reforma agrária e foram eleitos em função da sua luta.

Então... Portanto vamos ter cuidado. Primeiro, reconhecer que o malfeito tem sido apurado por esta gestão e que têm... qualificados os assentamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Tempo, Deputada, por favor.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu encerro, Deputado, apenas lembrando que uma das primeiras coisas, quando Dilma Rousseff assumiu a Presidência do País, contra aqueles que querem ainda as casas-grandes e senzalas... ela disse que era preciso qualificar e aumentar a qualidade dos assentamentos de reforma agrária.

Lembro que discutimos isso à época com a Ministra do Planejamento, e à época com a Presidência do INCRA e a do MDA, porque se dizia: “*É preciso qualificar*”. Hoje, por exemplo, só para que o senhor possa ter conhecimento, se não estivesse aqui, eu estaria na entrega de casas em um assentamento rural. Essas pessoas que nada tinham, que estavam excluídas da cidadania, que eram objeto de um desejo de que permanecessem eternamente nas senzalas, nas senzalas pós-modernas, hoje estão assentadas e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, Deputada, V.Exa. teve o dobro do tempo que era permitido.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - ...hoje estão recebendo as suas casas. Era apenas isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Muito obrigado.

Com a palavra o Deputado João Daniel, por uma concessão desta Comissão Parlamentar de Inquérito, já que ele não é membro. Mas, como ele é um cidadão que deve...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - É assentado de reforma agrária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - É?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Então eu vou passá-lo para o fim da fila. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Muito bem... Sr. Presidente, eu queria... eu tinha me preparado para ser o último, viu?



Bem, mas eu queria só saudar, Sr. Presidente, toda a equipe do INCRA, aqui presidida pela doutora e grande Presidenta Maria Lúcia Falcón, e dizer que eu, ouvindo as perguntas do Relator e também ouvindo a exposição da Presidenta e conhecedor... Conheço o INCRA desde 1984. Passamos pelo Governo Sarney, Governo Fernando Henrique Cardoso, Governo Collor, Governo Itamar, Governo Lula e, agora, Governo da Presidenta Dilma. O INCRA tem uma demanda histórica que precisa ser resolvida.

Nós reconhecemos... entre elas, ampliar o número de funcionários; entre elas, melhorar a estrutura, né, do INCRA. Esta CPI trata do INCRA e da FUNAI. São duas autarquias importantíssimas, porque tratam de demandas históricas não resolvidas no Brasil. O Brasil é um dos únicos países que legalizaram a libertação dos escravos, mas não distribuiu a terra para os escravos. Portanto, nós temos uma dívida e um problema histórico no Brasil.

Então, conheço... E acho que, quando se referem os Deputados a quadrilha que cobra para trabalhadores irem para áreas, para ocupações, todas essas questões devem ser tratadas no campo da Polícia Federal e nos órgãos competentes. Eu tenho... E acompanho, não... especialmente o Estado de Sergipe e não conheço nenhuma denúncia desse tipo, e as denúncias que tiverem devem ser apuradas.

Agora, nós precisamos fazer com que a reforma agrária não seja prejudicada e que ela tenha o papel fundamental, que é ajudar, principalmente, a economia dos Municípios. Em qualquer Município do Brasil, nos pequenos Municípios em que tem a pequena propriedade, a economia é outra. Nos pequenos Municípios do Brasil em que tem a monocultura, a situação econômica é outra — a monocultura e a grande propriedade. Então, nós precisamos lutar para garantir a distribuição da terra.

Qualquer irregularidade... Eu tenho certeza absoluta de que jamais o Governo da Presidenta Dilma ou a Presidenta do INCRA... não deixarão de tomar todas as medidas. Agora, nós precisamos fazer com que esta CPI não seja uma CPI contra a reforma agrária, contra os povos indígenas, contra o fortalecimento do INCRA e da FUNAI. Nós precisamos garantir que conquistas históricas continuem avançando.

Parabéns à Presidenta Maria Lúcia pela sua capacidade, conheço sua história e sua capacidade, e tenho certeza de que fez e fará o que for possível. O que nós



esperamos, Sr. Presidente, para encerrar, é que nós possamos concluir, até 2018, um grande programa de reforma agrária, conforme foi... a eleição da nossa Presidente Dilma, eleita democraticamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Valmir Assunção, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, eu quero parabenizar a Dra. Maria Lúcia Falcón, primeiro pela gestão que ela está fazendo à frente do INCRA e, segundo, pelo depoimento aqui nesta CPI. Ela... transcorreu de uma forma muito tranquila, explicando, ajudando a Comissão a compreender, a entender um pouco mais sobre a importância da reforma agrária, que eu acredito que é fundamental para todos nós.

Outro aspecto, Sr. Presidente, que eu quero falar — é que eu quero também ajudar a explicar algumas coisas. É uma pena que o nobre Relator não esteja aqui, mas tem algumas coisas que precisam ser explicadas. Exemplo concreto: na luta pela reforma agrária, não tem só o MST; o MST é uma das organizações que lutam pela reforma agrária, tem outras organizações que também cumprem esse papel.

Segunda coisa que é importante reafirmar: o Movimento dos Sem Terra, enquanto organização social, pode se relacionar com qualquer órgão ou qualquer instituição. Lógico que na hora que vai assinar um convênio, um contrato, qualquer coisa desse tipo, aí tem que ter CNPJ, que o Movimento dos Sem Terra não tem. É um movimento social legítimo e reconhecido internacionalmente, é preciso reafirmar aqui.

O outro aspecto que eu quero afirmar para vocês, Deputados e todos os que estão nos assistindo, é que tem uma coisa que eu não posso fazer aqui. Eu não posso dizer que quem é do agronegócio é uma quadrilha. Eu não posso fazer... porque tem muita gente séria que está no agronegócio; eu sei que tem muita gente também que não vale muita coisa, mas tem muita gente séria. Então, não posso chegar e dizer “*O povo do agronegócio é uma quadrilha*”, como também o agronegócio não pode dizer, afirmar, que a reforma agrária é uma quadrilha. Não pode, porque tem muita gente séria que trabalha, se dedica à questão da reforma agrária, o que é importante ressaltar aqui.



Agora, tem uma coisa que eu vou afirmar: tem muita gente... e aqui, nesta CPI, o Relator falou sobre isso, que os assentamentos de reforma agrária é que são responsáveis pelo desmatamento e pela questão ambiental, a destruição do meio ambiente. Isso não é verdade. Quem é responsável por destruir o meio ambiente neste Brasil, vou afirmar, quem é responsável por destruir o meio ambiente neste Brasil, é quem obriga cada cidadão brasileiro a consumir 7 litros de agrotóxico por dia... por ano neste Brasil. Esses são os responsáveis por destruir o meio ambiente, destruir a biodiversidade. Não é o sem-terra, não. São esses que são responsáveis por fazer com que, através desse veneno, se destrua a vida das pessoas.

Aí, eu quero também, Presidente, afirmar uma outra coisa importante aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - O Relator desta Comissão afirmou aqui, com as perguntas que fez à nossa Presidente, que o agronegócio não produz alimento. Sabe por quê? Porque ele, inquirindo a Presidente, dizia que nós dos assentamentos de reforma agrária é que temos a responsabilidade de produzir alimentos. E nós produzimos 70% dos alimentos neste Brasil e o agronegócio não produz alimento para a população brasileira, e o Relator confirmou diante das perguntas.

Só para concluir, Sr. Presidente, o Relatório do TCU a gente tem que levar em consideração, sem dúvida nenhuma, porque foi uma equipe técnica que analisou e tal; agora, não é tão confiável assim. Sabe por quê? Eu, o João Daniel, o Deputado João Daniel, e o Deputado Marcon somos assentados de um projeto de reforma agrária, e isso não está no Relatório — são 1.017 políticos que estão no Relatório, e nós não estamos no Relatório. Por que nós não estamos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está na hora de devolver os lotes. Têm que devolver.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Não, não, não! Aí, é falha do Relatório do TCU. Não identificou direito, não fez uma análise correta, porque, se tivesse feito, tinha relacionado o nome do Deputado Valmir Assunção, o nome de João Daniel e o nome de Marcon.

Já que não está na relação, então permite a mim não dar tanta credibilidade, como muitos estão dando, ao Relatório do TCU.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O Deputado Valdir Colatto com a palavra.

Eu antes quero só dizer o seguinte: ontem nós... tive o cuidado de pinçar nomes para fazer essa análise, para não fazer qualquer tipo de acusação irresponsável. Encontramos pessoas que estão mortas há 6 anos e receberam depois disso. Então, isso é uma realidade. É um caso de polícia que tem que se... E é isso que a Comissão vai fazer, vai pegar esses casos e vai encaminhar à Polícia Federal, com riqueza de detalhes.

Deputado Valdir Colatto.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, eu solicito que agregue o meu tempo de Líder, pelo PMDB. Está o requerimento do Líder Picciani na mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Será agregado.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Eu queria cumprimentar os Deputados, os senhores convidados...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O senhor tem mais 10 minutos.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - ...a Dra. Maria Lúcia de Oliveira Falcón, nossa Presidente do INCRA, e o Sr. Procurador.

Quero dizer que eu já fui Superintendente em Santa Catarina, então conheço mais ou menos o INCRA; conheço um trabalho que foi feito, vem sendo feito e alguma coisa do INCRA. Fui Superintendente em 85 e 86. Praticamente todos os assentamentos de reforma agrária que temos em Santa Catarina foram feitos por nós. Então... Muita gente dizia que, quando assumisse, iria fazer tudo. Não fizeram nada. Nós fizemos. O que lamento é que, desde aquela época, esses agricultores continuam sem título das terras, continuam sem a titulação oficial das terras.

Agora, com a Lei 13.001 e mais o Decreto, que eu recebi agora, 8.738, do dia 3 de maio... Parabéns! Saiu o decreto, regulamentando a lei, que estava sendo esperado há muito, né, para que pudesse ser feita a regularização e a titulação dos lotes... que ainda não tem no Brasil. Embora os números que... V.Sa. colocou que foram titulados 265 mil. Eu tenho aqui um levantamento... que são 969... 977 mil assentados, agora, famílias no Brasil. A senhora falou que são 265 mil os que têm



titulação. Eu tenho aqui, dado do INCRA, que o número de famílias assentadas, há 10 anos, é 686 mil. Então, menos da metade daqueles que foram titulados há 10 anos — que é prerrogativa serem titulados, pela lei — não foi titulada.

Eu queria, nesse assunto, perguntar à senhora... O art. 6º diz o seguinte, do Decreto 8.738:

“Art. 6º A inscrição poderá ser feita por qualquer interessado de forma individual ou coletiva.”

Seria a forma coletiva do tribalismo, da questão quilombola, que é coletiva, que não pode ter a propriedade, o seu terreno, o seu lote? E pergunto se há, dentro do INCRA, do Governo, esse direcionamento para que sejam atividades coletivas, que eu não conheço nenhum assentamento que tenha a condição coletiva, mas, sim, lotes individuais, e essa é a regra, inclusive respeitando o módulo, respeitando certa quantidade de hectares, como lá em Santa Catarina — são 12 hectares, né, por assentado.

Então eu pediria à senhora, nessa situação... se o decreto realmente vem para trabalhar esse processo, realmente, e reconhecer as terras, titular... esses agricultores, regulamentando. E se, e se, veja a pergunta, interessante, importante... porque no Brasil a maioria está assim, em Santa Catarina também. Aqueles desapropriados, que são pequenos agricultores, pelo decreto, teriam que ser reassentados. E esse decreto coloca bem claro que eles têm prioridade absoluta — art. 9º:

“Art. 9º

I - ao desapropriado, ao qual será assegurada prioridade para a parcela na qual se situe a sede do imóvel, hipótese em que esta será excluída da indenização paga pela desapropriação.”

Isso é para a reforma agrária e para a questão indígena.

Eu pergunto se o INCRA está observando isso, porque nós estamos desapropriando... Nós não. O INCRA, o Governo, erradamente, está desapropriando pequenos agricultores em Santa Catarina e no Brasil, e não reassenta, e não paga nem as benfeitorias. Em 85 eu estava no INCRA e foram desapropriadas áreas de terra; até hoje não receberam a indenização pelas benfeitorias. E se isso está sendo



levado em conta ao pé da letra, porque assim, com certeza, eu vou livrar milhares de agricultores de Santa Catarina que agora estão sendo desapropriados de se manter na sua propriedade sede e também manter a sua área, que hoje estão, assim, com um verdadeiro pavor de ser excluídos das suas propriedades, que estão lá há 100 anos, 200 anos, 3, 4 gerações.

Essa era a primeira pergunta que queria fazer a V.Sa.

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Deputado Valdir Colatto, Sub-Relator, né, é um prazer mais uma vez estar aqui debatendo com o senhor. Em relação à questão da titulação, nós todos sentimos essa mesma angústia. Eu acho que, com esse decreto, agora, regulamentando a lei, nós vamos poder ter uma meta ambiciosa de titulação em todo o Brasil. Eu acho que essa é uma meta geral de todos nós. E realmente nós temos um caminho longo a percorrer, considerando esse prazo legal de quem está há mais de 10 anos no lote. Então, nós temos esse público, que precisamos atender imediatamente. Eu acho que essa vai ser uma grande tarefa para o INCRA, para a autarquia, nos próximos meses, eu diria; não se trata nem de anos. Em relação ao cadastramento ou à solicitação de terras, do ponto de vista coletivo, eu queria só lembrar ao senhor que existem outras modalidades de assentamentos: o convencional, a que o senhor se referiu, que é um padrão lá em Santa Catarina; mas na Bahia, por exemplo, nós temos fundo de pasto, que é uma área de exploração coletiva. Então, como este Brasil é muito grande e tem muitas peculiaridades regionais... Existem reservas extrativistas, em que, também, a exploração é coletiva. Então, não é quilombo, né, mas é reforma agrária. E tem modalidades em cada, né, especificidade dessas. A gente realmente precisa prever em lei, prever no normativo, o espaço para que isso aconteça. Então, não é o convencional, não é o padrão geral, mas existem, sim, essas situações. Em relação aos pequenos proprietários: está previsto em lei, né, ficar, permanecer, se ele preencher o perfil, né, o expropriado, com o lote e com a sede, né? Então, isso já, desde a Lei 8.629, no art. 19, isso já estava previsto, e o INCRA tem procurado cumprir com essa obrigação. E as benfeitorias, indenizadas, também, da mesma forma. Então, o que nós temos hoje não vou dizer para o senhor... Com essa crise fiscal, realmente nós temos tido uma espécie de atraso no pagamento desses TDAs,



mas o INCRA tem procurado cumprir fielmente a legislação em todos esses casos que o senhor levantou.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Eu quero discordar da senhora, porque em Santa Catarina, ao menos, nós vemos que os agricultores estão desapropriados, viraram sem-terra, e não são aceitos nem no movimento, no MST. E aqui ninguém falou em quadrilha da reforma agrária; eu falei “MST”, e reafirmo, “MST”. Então, não está acontecendo isso.

Dentre os assentados da reforma agrária — aqui eu tenho um relatório do INCRA, ele diz o seguinte: que *“415.616 famílias recebem bolsa-família”*. E eu pergunto: se nós assentamos os agricultores para produzir, para ter alimentos, para tornar produtivas as áreas ditas improdutivas latifundiárias, se nós não criamos minifúndios improdutivos, não há condições de esses agricultores se autossustentarem, porque precisa realmente do Bolsa Família praticamente a metade dos assentados até hoje na reforma agrária?

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Eu não tenho esse dado de quantos, hoje, assentados recebem, mas eu queria só lembrar mais uma vez a questão dos vulneráveis. Nós temos a maior parte dos beneficiários, pelo menos nesses últimos anos, sendo atendidos, aqueles que estão em situação de vulnerabilidade social. E essas pessoas... O senhor sabe que qualquer empreendimento econômico, ele tem um prazo de maturação; até que se plante e colha, até que a própria renda comece a ser possível, essas pessoas precisam manter essa renda alternativa, pelo menos no início do processo de implantação do seu empreendimento. Eu posso verificar depois, para informar a esta Comissão, quantos, hoje, estariam recebendo o Bolsa Família e seu tempo de assentamento, para que a gente possa fazer uma checagem. Agora, mais uma vez eu reforço, agradeço até essa sua ponderação, Deputado Valdir, porque reforça que nós não precisamos, no INCRA, somente fazer a obtenção; nós precisamos da parte toda do desenvolvimento agrário. Então, esses investimentos em assistência técnica, agroindustrialização, o crédito, é tudo muito importante para que o empreendimento daquelas pequenas famílias, dos pequenos proprietários, ele dê certo, né? O proprietário que está mais qualificado, ele faz isso via mercado: ele contrata seu agrônomo, ele contrata assistência técnica, ele pega o crédito. Mas os assentados,



principalmente os vulneráveis, como nós estamos falando, eles realmente precisam ser assistidos até que seu empreendimento mature e eles finalmente possam até, quem sabe, virar empresários, pequenos empresários rurais, pequenos... associados em cooperativas, enfim, tudo que a gente sonha para o desenvolvimento agrário.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - V.Sa. tem o controle desses vulneráveis e não vulneráveis? O INCRA tem esse controle, esse cadastro de...

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Sim, sim, sim.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - ...quem precisa realmente, quem não precisa, e quanto custa isso aos cofres públicos?

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Sim, o cadastro dos hoje pleiteantes, digamos assim, à terra é o famoso cadastro dos acampados, que a gente reconhece como sendo as famílias, do ponto de vista legal, consideradas sob risco social. Então, nesse cadastro, que é o CadÚnico, hoje nós temos inscritas 137 mil famílias com perfil para reforma agrária.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - O relatório do INCRA coloca como assentados 415 mil famílias que recebem bolsa-família. Então, não são aqueles acampados — segundo o relatório aqui que eu tenho do INCRA. Então não caberia essa justificativa.

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Se o senhor me permite, eu acho que esses 400 mil devem ser em relação ao Brasil... ao Bolsa Família no Brasil todo, não só os assentados.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Este aqui é um relatório do INCRA, diz assim: "*Bolsa Família, número de famílias assentadas beneficiadas: 415.616*". Relatório do INCRA. Gostaria que a senhora depois atualizasse os dados.

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - É, eu estou aqui olhando para a assessoria, solicitando que cheque esse número.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Eu queria, também, falar sobre a questão dos quilombolas. O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, 68, diz que deverão ser assentados os remanescentes de comunidades quilombolas. O INCRA não estaria levando isso para descendentes, e aí nós teríamos infinitamente um número, no Brasil, de negros, de descendentes de escravos, descendentes de



africanos que se autodeclaram quilombolas e buscam reivindicar os direitos que são estabelecidos pela legislação para esse grupo de etnias brasileiras?

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Em relação aos quilombos, nós temos duas observações, eu acho, que são importantes e que já são do conhecimento, acredito, da CPI, mas é bom lembrar. Em primeiro lugar, eles se autodeclaram, mas isso não é, digamos assim, a peça conclusiva — a autodeclaração. Nós mostramos aqui, na apresentação, que, até chegar à publicação do RTID, que é o relatório, nós temos seis peças técnicas que são feitas, começando com o laudo antropológico e terminando com a perícia, inclusive do ponto de vista da perícia agrária, de avaliação desses imóveis e benfeitorias. Nesse decorrer, são escutados, inclusive, digamos assim, os vizinhos, as pessoas, as comunidades envolvidas. Então, é uma coisa extremamente cuidadosa, Deputado Valdir Colatto, e houve um avanço, eu diria, em relação àquele início, lá ainda na década de 90, né, 2000. Houve um avanço muito grande no sentido da mediação, quando foram encontrando essas realidades a que o senhor se referiu, áreas inclusive que têm pequenos proprietários, né, agricultores familiares, pequenos empresários também, e isso tudo tem sido mediado. E essas áreas, mesmo quando o laudo diz *“olha, não, este território como um todo, aqui, seria adequado”*... mas a gente encontra essa realidade e faz a mediação, e exclui, dessa área a ser titulada, o pequeno proprietário, o pequeno empresário. E isso tem avançado e tem evitado muitos conflitos nos processos, pelo menos, que têm passado por nossas mãos, lá no INCRA. Eu acredito que, como tudo na vida tem uma curva de aprendizado, a política quilombola teve um aprendizado muito importante, e eu acho que, hoje, ela é uma das provas — não digo que não possa ter mais melhorias, mas é uma das provas — de que a gente, com democracia, negociação, mediação e bom senso, consegue chegar a bons resultados nas políticas públicas.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Só para informar a V.Sa. que tanto quilombolas quanto indígenas, hoje, querem viver numa comunidade individualista, cada um quer ter seu lote, não coletivamente. Isso está ocorrendo lá em Santa Catarina, na Invernada dos Negros, em Campos Novos, como lá em Ipuaçú. Os indígenas fazem a sua própria estrutura fundiária, né, em sua sociedade, e se entendem nesse processo (*ininteligível*).



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Para concluir, Deputado, por favor.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Eu queria... Encerrando, Presidente, eu queria fazer três perguntinhas, deixar para ela, e aí eu peço aos colegas que tolerem, porque eu já tolerei muita gente aqui que falou bastante também — três perguntas que a senhora poderia responder depois numa só.

Eu queria que a senhora falasse um pouco mais sobre faixa de fronteira: como é que está isso, se realmente está andando. A senhora disse que, abaixo de 2.500 hectares, pode-se fazer o registro no cartório e regularização. Nós temos problemas seríssimos, em todas as fronteiras; em Santa Catarina, problemas de toda ordem, inclusive de financiamento agrícola. Então eu queria que a senhora comentasse se está funcionando.

A outra questão é a questão da madeira que está nos assentamentos. Quando fui Superintendente do INCRA, as áreas improdutivas eram cobertas por florestas, e as florestas foram retiradas e foram vendidas. Por quem não interessa, não sei se por assentados ou não assentados. E hoje o INCRA responde a processos de indenizações bilionárias para pagar essa madeira aos proprietários. Como é que o INCRA está administrando essa questão?

E a última, a questão de... o que a senhora acha do crédito fundiário? Não é melhor nós fazermos um trabalho de crédito fundiário, Banco da Terra? Santa Catarina tem três vezes mais assentados com um terço dos recursos despendidos pelo INCRA nesse processo. E onde há convênios? E como é que o INCRA trabalha — com os convênios — com Prefeitura, com sindicato, com cooperativas, com ONGs? Como é que esses recursos são repassados para as pessoas fazerem até assistência técnica nesse processo da reforma agrária no Brasil?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pode responder, por favor.

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Sr. Deputado Valdir Colatto, a faixa de fronteira realmente é até 2.500 hectares. E, não havendo nenhum questionamento judicial, deve se dirigir imediatamente ao cartório e solicitar a ratificação do título, que é de ofício. Houve um outro Deputado, acho que foi o Relator mesmo, que questionou. Os cartórios estavam um pouco... com dúvida. A



gente se coloca inclusive à disposição. Se quiserem fazer aqui uma audiência pública com a Associação Nacional dos Cartórios para que a gente esclareça, estamos à disposição, porque acho que, quanto mais gente titulada, melhor e mais segurança na posse das pessoas. Em relação à retirada da madeira, o nosso Procurador me informou que hoje não é mais indenizada a madeira. É isso? *(Pausa.)* A cobertura florística não é mais indenizada. *(Pausa.)* Em relação ao crédito fundiário, é uma política executada pelo MDA, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Tem uma Secretaria própria no MDA para o crédito fundiário. E é uma operação, hoje, “bancarizada”. Agora, do ponto de vista dos créditos de instalação que o INCRA propicia aos assentados, ele hoje é feito totalmente através do Banco do Brasil; tem o cadastro, checagem no Banco Central, emissão de cartões, controle. Inclusive a cobrança é totalmente feita hoje pelo Banco do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Obrigado.

Com a palavra o Deputado João Rodrigues, que tem a inscrição, de 3 minutos, e tem o tempo de Liderança, de 6. Quer que agregue?

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Eu gostaria que agregasse, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Então, 9 minutos. Por favor.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Haverá de reduzir o tempo, mas, enfim, eu gostaria que agregasse.

Primeiro, eu gostaria aqui de cumprimentar a Dra. ou Sra. Maria Lúcia de Oliveira Falcón, a Presidente do INCRA. E me parece que a senhora está há 1 ano... Foi em 2015 que a senhora assumiu o INCRA, né? Então não posso, aqui, culpá-la pela história. Mas quero cobrá-la pelo presente.

Mas quero, aqui, cumprimentá-la pela forma como está respondendo a todos os questionamentos, e obviamente dando oportunidade para que os Parlamentares tirem todas as dúvidas.

Eu gostaria aqui de voltar, Sr. Presidente, nobres colegas, um pouquinho atrás, à palavra do nosso Relator, quando ele questionou a Sra. Presidente do INCRA sobre as parcerias, os convênios, a parceria INCRA e MST. A senhora afirmou que não existiam parcerias ou convênios. Mas se sabe que existem, até



porque tem aqui os documentos, conforme já dito pelo Relator. Eu pergunto à senhora: como não há com o MST, com quem é que o INCRA convenia para o MST? Porque tem que ter alguém, pessoa jurídica. Qual é a pessoa jurídica que representa o MST nos convênios com o INCRA? A senhora poderia já de cara, já na primeira resposta, só para eu dar sequência... Poderia já responder a esse questionamento, por favor? Quem é a pessoa jurídica que representa o MST nos convênios com o INCRA?

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - O INCRA hoje tem convênios e parcerias, que até o Sub-Relator estava aqui me lembrando. Nós temos hoje, na área de infraestrutura, convênios com Prefeituras...

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Não, não... Não, não... Por favor, eu gostaria de saber...

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Não, eu vou...

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Não, não, não. Eu só quero especificamente, com o MST. Qual é a figura jurídica do MST? Quem é a figura jurídica que representa o MST?

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Nenhuma, Deputado. Nenhuma, Deputado. Nós temos convênios, como eu ia lhe explicando...

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Os convênios eu sei.

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - ...com as universidades...

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Eu conheço, eu conheço.

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - ...com as universidades, com as Prefeituras, com o Governo de Estado. E, na assistência técnica, são...

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Não, não, não... Não, a senhora não precisaria...

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - ...licitações.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - É só. Eu agradeço. Eu tenho... Não, não. Eu perguntei uma coisa...

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Nenhuma.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Não tem. Não precisa responder.

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Nenhuma. Não tem. Não tem.



O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Não, não tem. Ela já disse.

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Não tem. Não tem.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Eu só questionei INCRA e MST, se tem alguma figura jurídica em nome do MST. Ela esclareceu que não tem. Para mim basta.

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Não. Só trabalhamos com entes públicos ou licitações.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - O.k. Isso eu já sabia. Fui Secretário, fui Prefeito e conheço a história do INCRA. Conheço bem. Conheço bem, conheço bem a questão.

Mas eu volto aqui, ainda, meus nobres colegas...

Quando ele bota o olho gordo aqui, eu perco as minhas folhas. Pegue aí, Deputado Marcon, para mim! Mas não quer dizer... está mente, está na mente.

Nós temos o caso, também citado pelo Relator... E observam-se aqui alguns erros crassos, aliás, alguns crimes propositados, praticados com dinheiro público, dinheiro do INCRA, como é o caso citado pelo nosso Relator, em que um cidadão, para receber um lote, teria depositado 500 reais na conta de um líder sindical. Esse tipo de denúncia chega ao conhecimento do INCRA? E, se chega ao conhecimento do INCRA, são tomadas as providências? Ou isso raramente chega ao conhecimento do INCRA? Esse caso foi apurado pelo Tribunal de Contas da União.

Há outro questionamento que eu gostaria de fazer. Trata-se da mesma indagação que o Deputado Valdir Colatto fez sobre os assentamentos do INCRA em Santa Catarina.

Aliás, Deputado Marcon e caros colegas, reconheço que alguns assentamentos em Santa Catarina funcionam muito bem, produzem muito bem. Inquestionavelmente, tem que ser reconhecido que esses agricultores que estão assentados produzem. Temos o caso prático do Município de Aberlado Luz. Só que já fui Secretário de Estado da Agricultura. Sei que havia muitos programas do Estado a que o assentado não podia ter acesso, porque ele não era o titular da propriedade.

Por que o INCRA, ao longo da história, se negou a titular essas propriedades? Seria por conta da pressão do MST — Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem



Terra, temendo perder o controle desse assentado? O INCRA cedeu a essa pressão? Concordeu com isso? Não dá para entender. A área está regularizada, a propriedade existe, o agricultor está assentado nessa propriedade, o lote está lá. No entanto, com relação à escritura, o INCRA se negou até então a fazer a titulação de propriedade a esse produtor, algo que para ele é sagrado.

Fato semelhante ocorreu num assentamento no Município de Chapecó. A área foi adquirida. O INCRA sequer fez a demarcação. Quem a fez foi o Estado. Como Secretário, providenciamos uma equipe. Fomos lá e fizemos a demarcação, numa parceria com o INCRA. Segundo denúncias que creio foram levadas ao INCRA — o Deputado Colatto também já ouviu falar muito disso —, os lotes eram distribuídos aos produtores de acordo com a relação com o líder do Movimento. Não era por uma questão de justiça, distribuindo-se tamanhos iguais para cada um. Era de acordo com a relação que se tinha com a liderança do Movimento. Inclusive houve denúncias de pagamento de pedágio por esse produtor. Em alguns assentamentos, paga-se pedágio à liderança do Movimento.

Pergunto se isso é do conhecimento do INCRA e se foram tomadas providências em relação a tais denúncias.

Faria também mais um questionamento. O processo de demarcação se divide em quatro fases: identificação e delimitação, demarcação, homologação e regularização. Considerando essas fases do processo demarcatório, caberia uma delimitação legal dentro dessas fases para o uso do contraditório? Caberia isso? Gostaria que a senhora pudesse também fazer essa observação.

Vou abrir mão dos 3 minutos que me restam, até porque estamos no avançado da hora, e os demais colegas haverão de usar a palavra.

Então, agradeço aqui à Sra. Presidente do INCRA, mais uma vez, pela sua gentileza de atender ao convite desta Comissão, que está fazendo um belo trabalho. E finalizo com os números que foram citados à Mesa. O Tribunal de Contas da União pode até ser contestado, pode ser que esses dados não sejam exatos, mas existe, sim, um dano ao patrimônio, ao dinheiro público. Dizem que passam de 2 bilhões os recursos utilizados pelo INCRA na aquisição de áreas para pessoas que já faleceram, para pessoas que já morreram. Se atualizados, podem chegar à casa de trilhões. Foi citado o caso de políticos que foram beneficiados com áreas. Não me



refiro aos Parlamentares aqui citados porque foram assentados antes de serem políticos. Então, têm os seus méritos. Estou fazendo a defesa do Deputado Marcon. Senão, vão me questionar aqui. Mas também temos que averiguar, viu Marcon? Não fique muito faceiro. *(Risos.)* Temos que dar uma olhadinha mais de perto. De qualquer forma, temos que ser justos. Foram assentados antes de serem políticos. Não dá para também usar esse caso como base.

Então, esses são os meus questionamentos. Agradeço, Sr. Presidente e Sra. Presidente do INCRA. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, V.Sa. pode responder.

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Obrigada, Deputado João Rodrigues, Sr. Presidente. Perguntaram-me sobre os convênios do INCRA e quem são os conveniados. Mais uma vez, só para não deixar dúvidas, temos convênios com Prefeituras e Governos de Estado para obras de infraestrutura, de assistência técnica, para as quais fazemos chamadas públicas. E para a educação no campo também fazemos chamadas públicas. Então, nesse sentido, são convênios com universidades diretamente, que são órgãos públicos federais. E não há nenhuma dúvida quanto ao procedimento. Em relação a essas denúncias sobre eventualmente lideranças das comunidades fazerem cobrança, ao tomarmos conhecimento disso, a orientação a qualquer instância do INCRA é a mesma do código de ética de qualquer servidor público. Nós somos responsáveis pela gestão. Espero que esteja acontecendo isso nas superintendências. Quando chega ao conhecimento da nossa sede, imediatamente encaminhamos a denúncia para a Polícia Federal. No ano passado, tive oportunidade de fazê-lo. O processo está correndo sob sigilo, o que é natural, está em investigação. Enfim, a Polícia dá a sua orientação. Então, não há outra forma. E, quando envolve funcionário do INCRA, é imediata a abertura de PAD — Processo Administrativo Disciplinar. Nós mantemos uma planilha com o controle de todos os processos de sindicância interna e de processo de averiguação interna. Em relação a titulações realizadas no passado, Deputado João Rodrigues, não tenho como lhe responder por que o INCRA não as fez. Posso lhe dizer que, ao tomar conhecimento dessa questão — e isso foi interessante, porque não foi somente dentro da casa, com a equipe técnica —, na



minha vinda à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, no ano passado, ficou muito claro para mim esse compromisso. Os senhores foram muito enfáticos na questão da titulação. Nós trabalhamos duro o ano inteiro. O Ministro Patrus Ananias coordenou e nos liderou. Ao final, conseguimos fazer essa publicação, antes de eu retornar a esta Casa. Isso me deu um conforto, porque eu não queria olhar para os senhores sem eu ter cumprido com a minha obrigação. Fiquei muito satisfeita de voltar a esta Casa com esse decreto publicado, porque agora não temos mais impedimentos normativos. Agora, é só preparar a casa, baixar uma instrução normativa operacional e fazer essa titulação. Quanto ao contraditório, na publicação do RTID — Relatório Técnico de Identificação e Delimitação existe o espaço para o contraditório. Inclusive, o Conselho Diretivo do INCRA julga esses processos. Ele não fica só no nível técnico, e esses processos tramitam em várias instâncias. Temos realmente vários níveis de possíveis contraditórios, que vão até o Conselho Diretivo do INCRA. Nós temos estatísticas inclusive sobre toda essa questão. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Nilto Tatto, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Obrigado, Presidente. Quero cumprimentar, primeiro, a Presidenta do INCRA, a Sra. Maria Lúcia de Oliveira Falcón, e agradecer pela oportunidade de trazer esclarecimentos tão importantes para a Comissão Parlamentar de Inquérito. Fico feliz de tê-la como Presidenta do INCRA, pela grandeza e importância do INCRA, como verificamos no próprio relato que a senhora nos apresentou. Quero parabenizar o INCRA.

Diferentemente de vários outros setores, tivemos de certa forma um intenso debate aqui na Câmara e em toda a sociedade brasileira, há 5 anos, com relação ao Código Florestal. Vocês deram exemplo para toda a sociedade brasileira sobre o compromisso da implementação do Cadastro Ambiental Rural. Isso não aconteceu com outros setores da sociedade que, de certa forma, foram vitoriosos do ponto de vista da posição que tinham no Código Florestal e, depois, trabalharam para boicotá-lo. É só olharmos o mapa. Ontem, tive a oportunidade de olhar o mapa do Cadastro. Especificamente, por exemplo, no Rio Grande do Sul, que tem uma representação



importante nesta CPI, trabalharam para boicotá-lo e lá está muito atrasado, e agora trabalham no sentido de prorrogá-lo.

Parabéns pela sua gestão! Isso demonstra a importância do INCRA e o papel que essa gestão está tendo, e em especial em relação a um caso apresentado pelo Relator. Ele citou o caso de desmatamento em um assentamento que ocorreu especificamente em 2003. Na verdade, é um processo de uma multa anterior ao ano de 2003. Portanto, foi na época do Governo Fernando Henrique. Isso é importante dizer. Hoje, temos os dados. E nesta CPI tivemos oportunidade de verificar que o desmatamento nos assentamentos é muito menor do que nas grandes propriedades, principalmente no caso da Amazônia. Tanto é assim que os estudos demonstram que hoje, de 40 milhões de hectares em assentamento, 20 milhões de hectares são florestas que estão sendo preservadas.

Então, parabéns por essa gestão! Isso demonstrou que, a partir de 2003, começou a haver um monitoramento maior, tanto é que diminuímos muito o desmatamento, principalmente na Amazônia, o que foi reconhecido inclusive internacionalmente. A gestão que vem desde 2003, à qual senhora vem dando sequência, mostra esse compromisso com relação às florestas brasileiras, que têm uma importância para toda a sociedade brasileira e toda a humanidade.

Mas eu queria também fazer uma constatação do que não avançou muito. Avançou em relação ao período anterior, mas deveria ter avançado mais. Refiro-me à titulação dos territórios quilombolas. Nós temos uma dívida muito grande com os quilombolas. O Deputado João Daniel já levantou essa questão. Quando acabou a escravidão no Brasil, os negros foram abandonados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Peço que conclua, Deputado, por favor.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Foram abandonados e, portanto, não tiveram oportunidade de serem empregados nas lavouras. E nós temos uma dívida muito grande com eles e avançamos muito pouco. Então, esta CPI poderia trabalhar no sentido de acelerar esse processo de reconhecimento desses territórios.

Sr. Presidente, queria citar mais alguns casos. Aqui, foi citado um exemplo de um caso específico de desmatamento que está no relatório do TCU. Ele demonstra



claramente como o TCU usou critérios para desqualificar o Programa Nacional de Reforma Agrária, para desqualificar o INCRA.

Portanto, eu gostaria que a relatoria desta CPI não desse a importância devida ao relatório do TCU, porque é um relatório contra a reforma agrária. Ele é contra a reforma agrária. Também gostaria de reforçar outra coisa aqui. Há Parlamentares que representam claramente setores do agronegócio e não todos os setores...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado, V.Exa. já está no dobro do seu tempo.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - ...e que chamam de quadrilheiros diversos movimentos sociais que têm uma importância ímpar na implementação de políticas públicas. A senhora mesmo colocou aqui o quanto que isso é importante. Isso é modernidade do Estado brasileiro, do Estado Democrático de Direito. Esses Parlamentares deveriam reconhecer cada vez mais o papel que eles têm para ajudar na implementação das políticas públicas e não qualificá-los como quadrilheiros.

Então, eu gostaria que o Parlamentar que estiver nesta Casa assumira esse papel de ser mais moderno, entenda a importância dessa questão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Peço que conclua, por favor, Deputado, senão vou lhe cortar a palavra.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - ...e que não faça golpismo, porque querem o retrocesso. Esses querem o retrocesso, em vez de dialogar cada vez mais com a sociedade. Sejam bem-vindos os movimentos sociais! Eu gostaria que os quilombolas tivessem a seu favor também a mesma fortaleza, o mesmo movimento forte, para termos uma sociedade moderna, um Estado cada vez mais inclusivo e uma Nação que inclua mais as pessoas, que reconheça a diversidade cultural, a diversidade ética, que é a riqueza deste País.

Então, dentro da política do INCRA, que possamos cada vez mais avançar para reconhecer essa riqueza, que é a diversidade brasileira. E o Programa Nacional de Reforma Agrária, a distribuição de terra, faz parte dessa estratégia de termos um País mais inclusivo e mais diverso.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Marcon, por favor, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO MARCON - Quero saudar o Presidente, o Relator e a nossa querida Presidente Maria Falcón. Estou muito feliz de estar aqui nesta audiência hoje por duas questões: primeiro, a nossa Presidente do INCRA poderia muito bem estar dando aula na universidade, porque tem uma profissão estimada, mas está contribuindo com o País. Essa é a minha felicidade de estar aqui junto com a senhora. Segundo, eu estaria me beliscando se a turma do agronegócio estivesse parabenizando o trabalho do INCRA, porque alguma coisa errada estaria acontecendo.

A senhora, no seu mandato de 1 ano e alguns meses, não conseguiu fazer uma forma: *“Os sem-terra têm que caber dentro deste copo”*. Nem entre eles existe entendimento. De um lado, o ciúme e, de outro, a disputa política, ideológica. Alguns acham que pobre tinha que morrer antes de nascer, que não pode ganhar Bolsa Família e não pode ter carro.

Eu fico orgulhoso por dois motivos: de um lado, o Programa Bolsa Família é para quem precisa. E que bom que a Presidente Dilma deu aumento de 9% no dia 1º de maio. Estou muito feliz por isso. E mais: os nossos assentados conseguem ter um carro porque o Governo Lula e a Presidente Dilma deram oportunidade para eles. E não é só para os assentados, não é só para os negros, não é só para os índios, mas a oportunidade é para todo o povo brasileiro. Essa é a minha felicidade.

E outra coisa: há vários movimentos sociais no Brasil, e não só o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Aqui nós temos três ex-Superintendentes do INCRA — Santa Catarina, Minas Gerais e Rio Grande do Sul —, que, se não sabem, é porque a memória apagou dos seus arquivos, mas só existe reforma agrária porque tem luta neste País, senão não existiria. E quem fala isso é porque tem medo do povo organizado.

Eu também estou feliz porque está aqui o Diretor de Projetos do INCRA, do Rio Grande do Sul, o César Aldrighi, que é Vice-Presidente do INCRA, a quem quero agradecer por ter, na semana retrasada, liberado recursos para melhorar as estradas do Município de Candiota, no Rio Grande do Sul, aonde o Presidente da CPI vai, nas suas fazendas. Isso também beneficia a turma do agronegócio. *(Risos.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não tenho um palmo de terra.

O SR. DEPUTADO MARCON - A reforma agrária não beneficia só os assentamentos, mas também o meu colega que tem terras arrendadas lá na Região Sul. Isso é bom. A mesma coisa acontece com os assentamentos.

Eu estou feliz porque o Tribunal de Contas da União disse que sem-terra não pode morrer. Eu não sei quando vai vencer o meu dia, mas, antes de terminar o meu mandato, companheiro Tatto, terei que ir ao Tribunal de Contas da União para ver se ele me dá uma previsão para eu pegar o meu lote e passar para outro. Esse Tribunal de Contas da União, se há lugar no inferno, o lugar dele é lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO MARCON - Outra coisa: é tendencioso colocar no relatório que 36 mil famílias estão em situação irregular porque estão cadastradas em nome de pessoas que já morreram. Isso mostra que não há seriedade. Isso é para fazer número, para a turma que é contra a reforma agrária fazer discurso fácil.

E quero dizer mais: em relação aos políticos que compraram lote em terra de assentado, nós vimos que a denúncia partiu da direita. Quem defende a titulação é porque depois quer comprar os lotes dos assentados. É por isso que a direita e o agronegócio defendem tanto isso.

Minha companheira Presidente, eu sei que foi feito um decreto, mas tem que constar no decreto que o titular, no mínimo, tem que ficar 20 anos com a terra ou passar para outro, porque essa turma está pressionando o Governo nessa questão da titulação por isso.

Então, estou feliz e de alma lavada. E a minha próxima pauta é levar o Deputado João Rodrigues, que não está mais aqui, e não é para me desfazer dele, mas é um compromisso que eu assumo aqui na CPI, para visitar o meu assentamento. Eu estou muito feliz com o meu assentamento, de onde eu saí na segunda de manhã e para onde vou voltar hoje, às 13 horas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, Deputado, o senhor já tem o dobro do tempo.

O SR. DEPUTADO MARCON - Quando eu cheguei lá, em 1994, meu colega Alceu Moreira, havia uma escola caindo aos pedaços. Hoje, já passaram por lá



todos os filhos dos assentados e dos vizinhos. O meu filho Mateus passou por lá e hoje está fazendo faculdade. Esse não pode fazer faculdade? Bom, o meu é filho de Deputado, mas eu tenho vizinhos que se formaram veterinários, que se formaram professores.

Então, essa direita, essa turma do agronegócio tem uma raiva dos pobres, tem raiva dos pobres e acha que eles deveriam viver dentro de uma forma, de uma caixinha de sapatos. Mas eu respeito muito aqueles que têm posição. E tenho que reconhecer que hoje é um dia amargurado para eles, porque o chefe deles foi preso hoje, perdeu o mandato. Então: *“Tchau, querido. Tchau, tchau, querido.”* (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Adelmo Carneiro Leão, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Obrigado, Presidente. Eu quero cumprimentar todos os Deputados e Deputadas. Cumprimento especialmente a quem eu considero, na história que eu conheço do INCRA, a melhor Superintendente, tratando dos homens e das mulheres, e talvez a primeira mulher Superintendente do INCRA, Presidente, que esteja cumprindo um papel extremamente importante.

Eu queria desafiar todos os meus colegas Deputados para que nós pudéssemos tratar as questões com a mesma seriedade com que ela está tratando no INCRA, do ponto de vista da investigação das irregularidades e do combate às irregularidades que eventualmente lá existam. Todas! Mas, mais do que isso, o INCRA deve tratar também das suas debilidades, das suas fragilidades. Se nós compararmos o INCRA, em função da missão que lhe é dada, com outras instituições públicas do Estado brasileiro, nós vamos ver que ele está aquém, do ponto de vista das suas possibilidades, do ponto de vista dos recursos humanos e dos salários que lá são pagos em relação a outros órgãos do Estado.

Aliás, sempre tenho dito, com muita insistência, que nós temos que discutir o Estado brasileiro também do ponto de vista da sua composição, das suas relações, das suas responsabilidades. Nós tratamos, por exemplo, as relações salariais absolutamente de forma anticivilizatória, para não dizer indecente, onde alguns servidores do Estado ganham, em relação a outros, valores exorbitantes e às vezes exigem que aqueles que ganham menos trabalhem durante 4, 5, 8 anos para



receberem o que alguns poucos recebem em 1 mês. Essa é uma distorção que precisa ser dita.

Mas o INCRA também deve tratar, Sr. Presidente, da questão da terra brasileira, das terras públicas. Nós estamos preocupados, e é justa a preocupação. É necessário nos debruçarmos sobre as irregularidades para corrigi-las; é necessário nos debruçarmos sobre as questões e os desafios para ampliar o processo de reforma agrária, mas, para quem nasceu na roça e acompanha essa questão há muito tempo, ver, por exemplo, a distribuição das terras para atender o agronegócio, para atender o reflorestamento, para atender os grandes... Se nós tomarmos e somarmos o conjunto, a quantidade de hectares que foram distribuídos para eles e a forma como foram distribuídos, as irregularidades do INCRA são muito pequenas.

Vamos lá ver a distribuição das terras públicas nos nossos Estados, agora sob a responsabilidade dos Estados brasileiros. Em quantidade e em recursos, e em retorno para o Estado, nós vamos ver as diferenças extraordinárias que existem. Essa é uma questão que nós também temos que ver.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Vou concluir. Eu gostaria que V.Exa. tivesse só um pouquinho de tolerância comigo, para eu tratar da questão das dívidas, das custas. A reforma agrária realmente tem custas, e a exigência é maior do que a que nós oferecemos a eles. Se nós tomarmos, por exemplo, a dívida ativa... Ontem mesmo nós votamos uma medida provisória para tratar da renegociação do perdão de dívidas do setor do campo. É necessário nós tratarmos disso e nos debruçarmos sobre essas questões.

Eu acho que é absolutamente legítimo alguém reivindicar o perdão da dívida ou a redução da dívida, em função da crise e das dificuldades do campo, mas é absolutamente inaceitável nós também não auditarmos o sistema de dívida deste País, que faz com que cada um de nós, povo brasileiro, pague por essa dívida absurda, em função da sonegação, em função do desvio de finalidade dos recursos destinados pelos bancos oficiais, recursos públicos.



Então, é nesse contexto que eu quero aqui saudar a Maria Lúcia Falcón: V.Sa. está cumprindo seu papel. Espero que esse golpe continuado não faça com V.Sa. como o que aconteceu, por exemplo, lá em Mariana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Conclua, Deputado, por favor. V.Exa. já está com o dobro do seu tempo.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Vou concluir. Quero só fazer a metáfora entre o golpe que está sendo programado, que está sendo desencadeado, e o que aconteceu com a ruptura da Barragem do Fundão. Lá, foram prejudicados Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Colatina, Rio Doce, os pescadores ribeirinhos; aqui, esse golpe vai comprometer as ações mais relevantes, no sentido da defesa dos trabalhadores, da soberania nacional e das devidas correções que nós queremos fazer em favor da democracia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra, pelo tempo de Liderança de 8 minutos, a Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, fala-se de reforma agrária neste País desde a época de José Bonifácio. O Brasil é um dos países que mais demorou para poder assumir, enquanto função pública e política pública, a reforma agrária. E nós sabemos que a grande maioria dos países, ao fazer a reforma agrária, cria um modelo de desenvolvimento que é muito mais igualitário e democrático. Nós também sabemos que a alimentação que vai para a mesa do povo brasileiro não vem da grande propriedade; ela vem da agricultura familiar. E nós sabemos também que a geração de emprego e renda vem da agricultura familiar.

Quando nós tivemos a oportunidade de, recentemente, assistir o Plano Safra, nós vimos a força desse processo e a importância de termos o incentivo à agricultura familiar para produzir os alimentos saudáveis, porque aí nós vamos ter diferencial de juros e vamos ter recursos.

Nós estamos falando de um crédito que se resumia a 2 bilhões, parece-me, e que hoje chega a 31 bilhões — 31 bilhões! Esse é o resultado dos 13 anos de Governo democrático popular. Esse resultado é que faz com que se busque, de qualquer forma, cindir e romper o processo democrático para se retirar do Governo aquela que foi eleita para tanto, retirá-la do Governo em função da atuação daqueles que não conseguem ver aprovado nas urnas o seu projeto.



Por isso nós vamos ver que a intenção da maioria desta Comissão é de desqualificar o INCRA. Não estão aqui discutindo os problemas do INCRA e não estão aqui criticando o INCRA pelas ausências no processo de reforma agrária, por falta de estrutura, por falta de incentivo aos seus trabalhadores e trabalhadoras. Os servidores do INCRA deveriam ter uma remuneração muito maior do que têm hoje, para que possam continuar desenvolvendo essa autarquia. Não estão discutindo aqui as ausências das estruturas necessárias para que o INCRA possa desenvolver a sua função. Aqui se busca criminalizar o INCRA da mesma forma que se busca criminalizar a União Nacional dos Estudantes — UNE, da mesma forma que se busca criminalizar os movimentos sociais, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, com a dor da morte de tantos trabalhadores e trabalhadoras em Eldorado dos Carajás, e de tantos outros trabalhadores e trabalhadoras que sucumbiram pela defesa da terra democratizada e da terra repartida.

Nós estamos vivenciando, aqui, uma tentativa de criminalizar os movimentos sociais, criminalizar o próprio INCRA, numa CPI que foi instaurada sem fatos determinados, numa CPI que foi instaurada para tudo apurar, para ter um marco temporal de 1988, sobrecarregando essas instituições — INCRA e FUNAI —, na perspectiva de se vasculhar tudo, porque várias vezes já foi dito aqui, por representantes da bancada ruralista: *“Nós vamos encontrar o crime! Nós vamos encontrar o crime! Não se preocupem, nós vamos encontrar o crime!”*. E está se buscando encontrar o crime do INCRA.

E esses que querem criminalizar a instituição se deparam com uma Presidenta que aponta ainda as nossas insuficiências, mas que, imediatamente, como boa gestora que é, aponta as formas de superação e mostra que não tem qualquer tipo de pacto com o malfeito. Foi dito várias vezes pela Presidenta do INCRA que o crime tem que ser apurado e ser punido, tendo recomendado, inclusive, o que nós transformaremos em requerimento, que chamemos aqui o Ministério Público e que chamemos aqui também a Polícia Federal, para que nós possamos atestar quantas vezes esses órgãos foram requisitados e provocados pelo INCRA para que o malfeito fosse punido.

É muito bom que haja o controle. É muito bom! O controle passou a existir de forma mais vigorosa durante os Governos do PT. Basta lembrar que, durante o



Governo Fernando Henrique Cardoso, tivemos por volta de 40 operações da Polícia Federal. Nós estamos com quase 4.000 operações da Polícia Federal.

E a Presidenta Dilma, que está sendo vítima do golpe, diz que faria tudo de novo: a independência do Ministério Público, a independência da Polícia Federal, a autonomia e o empoderamento da Polícia Federal para apurar o malfeito.

E esses que dizem que há um malfeito que precisa ser apurado vergaram-se, rastejaram-se, calaram-se para Eduardo Cunha. Em nenhum momento nós vimos esses que dizem que é preciso tirar a Presidenta Dilma Rousseff — que não é acusada de nenhum ato de corrupção — fazer essa mesma defesa enfática da retirada de Eduardo Cunha. Calaram-se, rastejaram-se, colocaram seus mandatos, suas histórias, os seus votos para serem pisoteados pela tirania de Eduardo Cunha, que ontem instalou a CPI da UNE. Ele instalou a CPI da UNE! Um dos fatos para se apurar é que a UNE foi indenizada porque a ditadura acabou com a sede da instituição, e o Governo, no projeto de anistia, que indenizou as vítimas da ditadura, indenizou também essa destruição. É o mesmo processo dos quilombolas.

Nós estamos construindo um país onde a terra dos quilombolas possa ajudar a fazer o luto da escravidão, que este País ainda não fez. Não fez o luto da escravidão, não fez o luto do colonialismo. Por isso esses que querem os grandes nacos de terra querem colocar as suas cercas nas terras indígenas, colocar as suas cercas nas terras da reforma agrária. Eles são aqueles que não querem fazer o luto do colonialismo e querem, inclusive, retipificar o trabalho escravo, para que ele caia na literalidade e perca a analogia, e não tenhamos as punições previstas com a aprovação da emenda constitucional.

Portanto, nós estamos nos deparando com isso. E, frente a isso, o que nós vimos? A capacidade de gestão, o aprofundamento da discussão, a sinceridade e a honestidade da Presidenta do INCRA. Mais uma vez eu parablenizo o País pela sua assunção na condição de Presidenta.

E aqui vêm questionar convênios com universidades para capacitar trabalhadores e trabalhadoras. É óbvio que questionam, porque incomoda os filhos dos trabalhadores rurais irem para as escolas. Incomoda! Incomoda! Querem o grilhão das senzalas e o grilhão da ignorância, para possibilitar a manipulação. Quanto aos convênios que o INCRA fez com as universidades, aqui não se



considera que foi feito com uma universidade, mas com o MST, que tem que estar criminalizado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Conclua, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu estou concluindo, Presidente.

O Relator não tem autoridade para falar do meu tempo, Presidente, porque S.Exa. utilizou quase 1 hora do tempo de relatoria. Houve um caráter e um olhar discricionário e diferenciado do Presidente desta Comissão, que, aliás, o aplaude, porque fazem parte da mesma sinfonia macabra daqueles que querem criminalizar as instituições sociais e criminalizar o INCRA e a própria FUNAI.

Por isso eu encerro, Presidente. É muito bom ver o sorriso no seu rosto. É muito bom, porque, via de regra, não é costumeiro, não é costumeiro.

Portanto, eu encerro dizendo que nós tivemos aqui a demonstração da importância desse órgão e frustradas as iniciativas de tentar criminalizar os movimentos sociais e criminalizar o INCRA, essa instituição tão importante para a própria Nação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Obrigado, Deputada.

Deputado, eu estou sendo controlado até na hora de sorrir, mas agora lhe dou a palavra.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu vou falar pelo tempo de Líder, mas não vou usá-lo todo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O tempo de Líder é de 8 minutos. Fique à vontade.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Sr. Presidente, Sra. Presidente do INCRA, Srs. Deputados, a minha fala vai ser bem mais rápida do que a do tempo de Relator.

Algumas colocações. Ainda é o mesmo discurso do PT, que insiste em dizer que os outros têm fala raivosa, quando eles a têm. Sempre têm uma fala raivosa, uma fala direcionada.

Mas eu quero fazer um resumo do que eu enxerguei. Aqui ninguém estava julgando a Presidente Maria Lúcia. Ela não está sendo julgada neste processo. O funcionamento do INCRA, o *modus operandi* do INCRA, o modelo que foi adaptado é o que está sendo julgado. E são muitos crimes, não são poucos, não. Admira-me o



fato de alguns Deputados quererem diminuir o relatório do TCU em vez de tentar corrigi-lo, aceitar os erros, os crimes cometidos.

Então, vamos por partes. Se, para desapropriar, há crime, há vários indícios de crimes — alguns inclusive já estão no STF, outros estão no Ministério Público Federal e nos Ministérios Públicos Estaduais —, há quadrilhas organizadas para fazer assentamento, para retirar madeira, para explorar minério. E isso continua aumentando, não diminui. Não sei onde está sendo apurado e quem está apurando isso.

Os verdadeiros assentados, aqueles que realmente preenchem os critérios para serem assentados, na sua grande maioria estão jogados à própria sorte. E convido V.Exas. a visitarem inúmeros assentamentos que não deram certo. Não adianta visitar meia dúzia que deu certo por conta dos próprios assentados que estão lá. Também conheço assentamento que deu certo. Há um inclusive que está sendo responsabilizado, penalizado por uma multa do IBAMA sobre o INCRA, quando eles não podem ter acesso a nada. Mas eles deram certo por conta própria. Com a ajuda da comunidade e das Prefeituras, eles acabaram se desenvolvendo.

Então, esse tipo de conversa não vai acontecer aqui, porque a CPI é justamente para mostrar o que está errado. O que está certo é obrigação. Não adianta fazer discurso do que está certo. A CPI deve apontar o que está errado, onde há crime. E é isso que nós estamos buscando.

Por fim, o INCRA foi o maior desmatador ilegal da Amazônia brasileira nos últimos anos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não, foi o latifúndio.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Nem se compara, nem se compara.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu vou lhe mostrar isso.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu não vou responder a V.Exa., até porque consigo ter mais educação e um pouco mais de sobriedade. Eu não respondo para quem não está no microfone. *(Risos.)*

Eu quero dizer a V.Exas. que esta CPI cumpre um papel vital — vital — para a reforma agrária. Ela não age de forma ideológica nem para atender A ou B. A relação com as entidades de classe é muito bem-vinda. Agora o que não vale, Sr. Presidente, é uma torcida organizada de futebol querer escalar o juiz para aquele



jogo, como o INCRA faz. O INCRA não pode aceitar que o MST diga qual terra tem que ser desapropriada. O INCRA não pode aceitar que o MST diga qual assentado tem que ir para lá. O assentado tem que seguir os critérios de um cadastro sério, transparente, a que todos os brasileiros tenham acesso.

Esse tipo de conspiração e de organização vira, sim, organização criminosa, porque não se pode combinar isso. Está errado! É a mesma coisa de eu combinar quais serão os alunos que vão passar no ENEM. É claro que eu não posso fazer isso! É lógico que não se pode fazer isso! A relação com as entidades de classe tem que ser feita de maneira diferente. Se um órgão que faz atendimento a pessoas com câncer, numa cidade, quiser constituir-se numa entidade, ele precisa ter sua utilidade pública aprovada pela Câmara Municipal, ter 2 anos de existência, ter CNPJ e preencher centenas de obrigações e critérios.

Eu conheço, por exemplo, o Instituto Lions da Visão, que demorou quase 12 anos para conseguir ter um convênio com o Governo Federal, porque não conseguia preencher todos os documentos e teve que passar por um crivo enorme de coisas para poder atender de forma filantrópica, voluntária, sem pedir um centavo à sociedade brasileira.

Agora, o MST não. Ele tem acesso ao Palácio do Planalto, tem acesso à Presidência do INCRA, tem acesso a todas as entidades e invade terras.

O SR. DEPUTADO MARCON - Mas não pode?

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Então, mande o MST se registrar como pessoa jurídica, para que possa fazer as coisas de maneira legal. Mande o MST se expor na legalidade! Mande o MST se expor na legalidade.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A palavra está assegurada ao orador.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu gostaria que...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A palavra está assegurada ao orador, sim, senhor. O senhor tenha respeito ou, então, não fique na sala.

Prorrogo o tempo do orador.



O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu já estou acostumado com esses pitis que S.Exa. dá. Isso é piti. Esse “mimimi” não resolve nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Vamos lá. Asseguro a palavra ao orador. Não gosta de ouvir a verdade e fica gritando fora do microfone.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu quero continuar dizendo o seguinte: eu respeito os movimentos...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Tem que ser imparcial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A palavra está assegurada a V.Exa., mesmo que incomode alguns.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu respeito os movimentos que, de forma democrática, defendem o setor. E respeito inclusive aqueles que, mesmo não organizados juridicamente, colaboram com a sociedade. É o caso das igrejas e de outros movimentos que existem em vários lugares. Há jovens que se unem para defender a sua comunidade.

Agora, o que não admito é que haja interferência na legalidade. Tem que haver um critério. O INCRA tem que trabalhar dentro do critério. Não pode um sindicato, mesmo com CNPJ, indicar quem vai ser assentado. Ele pode apresentar sugestões, debates e tudo o mais. E as provas que estão na CPI revelam que há ingerência. V.Exas. vão saber disso, porque V.Exas. têm acesso aos documentos, podem procurar a secretaria. Ingerência! Isso foi denunciado pelos próprios assentados. E vocês têm que reconhecer, somente reconhecer e dizer “*vamos consertar*”, como a Presidente diz.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu não estou debatendo com V.Exa. Eu estou discursando.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu não estou debatendo. Eu não estou debatendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A palavra está assegurada ao orador.



O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu sei que essas palavras são como um crucifixo para vampiro: fazem mal. São como alho para o Drácula. Então, espere. Eu vou continuar minha fala.

O SR. DEPUTADO MARCON - Deixe ele falar, ele está afirmando a fala dele, tem que deixar falar lá para a turma dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pode continuar.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu quero dizer a V.Exas. com toda a tranquilidade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O senhor, por favor, poderia desligar o microfone? O senhor não tem o direito de falar neste espaço.

O SR. DEPUTADO MARCON - Está brabo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não, eu sou educado.

O SR. DEPUTADO MARCON - Está brabo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O senhor é deselegante e não é educado.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Não. O senhor é que está sendo mal-educado. Desligue o seu microfone!

O SR. DEPUTADO MARCON - Mas quem é o senhor pra falar...?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, Relator, por favor. Tem a palavra. Estúpido. Por favor.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - O senhor não deixa eu terminar.

O SR. DEPUTADO MARCON - Como é que é? Como é que é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, termine a palavra.

O SR. DEPUTADO MARCON - O que que o senhor falou aí, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu lhe chamei de estúpido.

O SR. DEPUTADO MARCON - Estúpido é o senhor. Respeito é bom!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor. O senhor tem a palavra, Sr. Relator, e eu gostaria que o senhor falasse.

O SR. DEPUTADO MARCON - Não é porque o senhor é maior do que o senhor pode mandar. O seu voto vale o mesmo que o meu.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O senhor não teve respeito com o seu colega na tribuna, que está concluindo. Quando o senhor falou, ele ficou calado.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Olha, eu não interpelei ninguém. Eu só gostaria de encerrar. Só quero aqui dizer que, diante de todas as denúncias existentes, diante de um relatório do TCU, diante de algumas operações que estão acontecendo e várias investigações, há, sim, crimes em todos os setores, desde o momento em que se escolhe uma área para desapropriar até o final.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Investigue também...

Até o final. É preciso que o INCRA reveja e que possa ser reinventado de dentro para fora. Agora, apenas negar — é uma mania que este Governo tem de negar tudo, “*não sei de nada, não acontece nada*”— não vai melhorar o País e a vida desses assentados, que tanto precisam da reforma agrária — que tanto precisam da reforma agrária.

Mas, como eu não vou continuar aqui discutindo, até porque semana que vem muda o Presidente da República, quem sabe poderemos discutir com democracia, e não com essa raiva que os militantes do PT impõem em todos os debates.

Que Deus abençoe o Brasil e possa contar nova história de agora em diante.

O SR. DEPUTADO MARCON - Agora, nós vamos ouvir o novo Ministro da Agricultura. O novo Ministro da Agricultura!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra, pelo tempo de Liderança mais o de inscrição, o Deputado Luis Carlos Heinze, por 13 minutos.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, gostaria de saudar a Dra. Maria Lúcia também. Conforme disse o colega que me antecedeu — é bom que os colegas prestem atenção —, a agricultura familiar está produzindo 70% dos alimentos do Brasil. A Deputada que está saindo, Deputada Erika Kokay, por favor, só escute um minuto: 3 milhões e 700 mil propriedades no Brasil, onde estão os mais de 900 mil assentados, Deputado Valdir Colatto, produzem apenas 4% dos alimentos do Brasil, 4%. São dados da EMBRAPA e da Fundação Getúlio Vargas, duas instituições gabaritadas. Então, isso é importante.



Os agricultores familiares que produzem são 200 mil produtores de fumo, que V.Exa. conhece, Deputado Alceu, do Paraná, do seu Estado Santa Catarina, Deputado Valdir Colatto, e do Rio Grande do Sul. Muita gente é contra aqueles de 3 hectares que plantam fumo, assim como integrados do frango, os integrados do suíno, assim como os integrados do leite. Esse povo é que produz os alimentos. Então, apenas 1 milhão e 700 mil produtores no Brasil produzem 96%. Aí tem pequeno, mas é pequeno porque é organizado. Tanto que, das 900 mil famílias que V.Exa., Dra. Maria, assiste através do INCRA, acho que 400 mil ou 500 mil recebem Bolsa Família.

Então, isso é importante. *“Ah, porque nós produzimos”*. Quem produz são os agricultores organizados do Brasil. Isso são dados da Fundação Getúlio Vargas e da EMBRAPA. Não é conversa de Oposição ou de Situação. Então, esse é um ponto muito importante.

Mas, voltemos ao assunto. A preocupação, Dra. Maria Lúcia, é a questão que nós estamos tratando aqui, com relação aos assentamentos. Então, nós vamos encaminhar o requerimento — especificamente o Deputado Marcon deve conhecer — sobre o assentamento Ceres — vou lhe fazer uma solicitação depois —, lá no Município de Joia. Mais de 3 milhões de reais foram repassados via BNDES, parece-me que via CREHNOR e não sei mais quem para essa COOPERMIS, e está dito num relatório: *“baixo número de beneficiários”* e *“nem logística tem”*. Mais de 3 milhões de reais, Deputado Alceu, foram repassados para essa cooperativa, e eu vou fazer uma solicitação para que possamos ser informados. Esse é um caso real dessa cooperativa e eu vou fazer a solicitação.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Deputado, faça-me o favor. Deputado, espere que eu fale!

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Não. Depois o senhor poderá falar. Depois poderá falar. Os senhores têm que ter respeito! Eu ouvi todo mundo quieto e não falei nada. Vocês escutem!

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - O senhor não estava aqui.



O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Não tem problema. Está bom!

Então, a questão é essa aqui. Vou passar essa situação para que V.Exas. possam... Isto aqui é um caso. Há centenas de casos.

E quero elogiar o trabalho do Tribunal de Contas da União, porque eu fui Deputado no tempo do Presidente Fernando Henrique e eu fazia crítica ao então Ministro Raul Jungmann e ao próprio Presidente do INCRA daquela época. Não é de agora essa situação. E temos que resolver esses impasses, porque são problemas sérios que se arrastam por anos. Agora piorou tanto que esses 578 mil casos apontados pelo Tribunal de Contas, Deputado Colatto, têm que ser acertados. Então, eu tenho que elogiar uma entidade que faz um trabalho pelo Brasil. Aqui estão os fatos: são quase 3 bilhões de reais em desvio de dinheiro, que eu já dizia lá atrás.

Dra. Maria Lúcia, eu sou agrônomo, eu sou produtor rural e sei que não adianta eu enfiar terra, terra, terra, gente, gente, gente. São 87 milhões de hectares, 900 mil famílias. Quantas mil famílias não têm casa, não têm água, não têm luz, não têm estrada, não têm nada de infraestrutura dos já assentados? Quanto custa para colocar infraestrutura?

O Deputado Roberto Balestra, que não foi apoiado por esses produtores, trouxe aqui, numa audiência pública, o pessoal de Goiás e mostrou os absurdos que eles estão vivendo, mostrou a forma miserável em que vivem essas pessoas, com um pedaço de terra sem mais nada em cima. Eles não têm água, Deputado Colatto, não têm luz, não têm estrada, não têm nada. Estavam o Prefeito da cidade e todo o mundo desesperados porque chegou um grupo de produtores, e eles não têm condições de atender, a Prefeitura não tem condições.

Então, essa é a uma situação que é importante dizer. Essa é a reforma agrária do Brasil. Nós precisamos ajustar esse fato. Nesses casos aqui, nós temos que punir aqueles que cometeram irregularidades. Em Flores de Goiás, por exemplo, houve denúncia de que dinheiro foi enviado para a construção de casas, e o material estava lá abandonado. Não fizeram casa nenhuma. Até o dinheiro alguém pegou. Isso eu denunciei em 1999 e em 2000, com o saudoso Deputado Moacir Micheletto, numa subcomissão que nós criamos na Comissão de Agricultura aqui.



Então, esse problema vem de lá e agora só se ampliou. Então, essa é uma preocupação que nós temos.

E quero parabenizar o Tribunal de Contas pelo que está fazendo. Depois, essa questão...

Eu vejo aqui os colegas falarem muito: *“Ah! porque agricultura, agricultura, os fazendeiros, os latifundiários”*. Eu não vejo mais, Deputado Alceu, o pessoal criticar os bancos. Quem eram os culpados, a um tempo atrás, eram os banqueiros, eram as multinacionais. Esses são os quem mais ganharam dinheiro neste País ao longo do mandato do Presidente Lula e da Presidente Dilma. São os que mais ganharam dinheiro neste País! Hoje são só os produtores rurais que estão sustentando, se ainda tem emprego, Dra. Maria...

Eu sou produtor rural e sou agrônomo. Quando se fala em pobre... Eu já fui pobre. Eu não tinha nada, eu tinha dificuldade para fazer... Eu estudei num ginásio agrícola público, eu estudei num curso técnico agrícola público, numa faculdade de agronomia pública e o primário eu fiz num colégio público, porque meus pais não tinham condições. Eu tinha que trabalhar para estudar. Eu fiz isso e estou aqui hoje. Então, não é demérito de ninguém... Não, mas só eles cuidam dos pobres. Não! A gente cuida dos pobres também. Essa é uma questão. Então, por isso é importante esta situação aqui.

E quanto a esses desvios... Lá em Santa Cruz, Dra. Maria, eu denunciei, na Comissão de Agricultura, quatro Vereadores do Partido dos Trabalhadores que fizeram uma sacanagem com 6.300 CPFs de pronafianos. Assaltaram. Ocorreram cinco suicídios. Eles tiravam o dinheiro, Deputado Colatto, e botavam na conta de uma associação de pequenos produtores campestinos. Um absurdo! Um abuso! Um roubo! Três gerentes do Banco do Brasil foram para a rua, nove funcionários do Banco do Brasil foram para a rua. Não porque eles estivessem pegado o dinheiro, mas porque eles prevaricaram.

Então, o INCRA, que a senhora hoje está presidindo, tem que cuidar disso aqui. Isso aqui é dinheiro do povo. Não interessa. Não é só a PETROBRAS. Não são só os fundos de pensão. Não é só o BNDES. É em qualquer caso.



Quero saudar também o Ministério Público Federal. Alguém está criticando até o Dr. Janot, que, esta semana, indiciou o Lula, citou o Lula também. Então, esse é o processo que está lá. Não interessa. Citou o Aécio, não interessa.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Tem que ser todos eles! Não tem problema! Tem que ser todo o mundo. Esta semana...

(Manifestação no plenário.)

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Não tem problema. Como é?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Eu estou dizendo que estão falando de mim também. Não tem problema. Não estou falando do meu caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Aqui não é debate.. Depois, os senhores poderão falar.

Então, este caso... Seja quem for. O Delcídio foi esta semana lá. O Eduardo foi hoje, pelo Supremo Tribunal Federal. Não interessa quem seja. A Dilma vai amanhã. E não é golpe. Golpe é quem rouba desses pequenos pronafianos lá de Santa Cruz. Isso é golpe. Golpe é quem tira dessa gente. Então, não interessa, esse é o fato.

Alguém chamava de canalha. Imaginem 500 mil funcionários do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, do BNDES, dos Correios! E hoje assaltaram esse pessoal. O que é isso?! Os fundos de pensão do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e da PETROBRAS deram um prejuízo, um tufo de 49 bilhões este ano, pelo amor de Deus! *"Ah, isso não é nada!"* Ninguém é responsável por isso! O caso de Pasadena, o caso desses PRONAFs, ninguém é responsável! Isso é obra de não sei quem lá!

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Estão apurando, estão apurando!

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sei, apurando... *(Riso.)* Aqui estão os casos, portanto...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)



O SR. DEPUTADO MARCON - O Eduardo Cunha agora vai prestar conta desses fundos de pensão.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - O Eduardo Cunha? Não tem problema! Ele é quem quer que seja: Deputado, Senador, Ministro, Presidente, ex-Presidente, não interessa. Essa é a situação.

O SR. DEPUTADO MARCON - A turma da Lava-Jato também vai.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Vocês sabem que eu não devo nada. Vocês sabem que me botaram aqui porque eu denunciei vocês!
(Manifestações no plenário.)

Sim, denunciei! Eu quero que V.Exas. expliquem como a Polícia Federal está hoje...

O SR. DEPUTADO MARCON - Vai a turma da Lava-Jato, vai a turma da Lava-Jato!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A palavra está assegurada.

Deputado Marcon, se eu tiver que desligar mais uma vez o microfone, ficará desligado e o senhor não o usará mais, porque o senhor está agindo contrário ao Regimento, interferindo na conversa dos outros Parlamentares, ao microfone, toda hora. Tem que ter educação. Onde o senhor pensa que está?

O SR. DEPUTADO MARCON - Desculpe-me, Presidente. Eu tenho que respeitar. É que hoje está um dia meio atribulado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Tem que respeitar mesmo, por favor!

O SR. DEPUTADO MARCON - Desculpe-me, Sr. Presidente. Eu tenho que respeitar. É que está um dia meio brabo mesmo!

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Aqui nós temos um Procurador que sabe lá de Passo Fundo, Deputado Valdir Colatto. Em Passo Fundo, a Polícia Federal foi investigar a BSBios, que este Deputado denunciou: 255 milhões de reais! Uma obra lá em Marialva, no Paraná, custou 34 milhões ou 35 milhões de reais; 3 meses depois, venderam por 110 milhões de reais. A PETROBRAS pagou 55 milhões de reais. Pelo amor de Deus, roubo! Passo Fundo, que custava menos de



100 milhões de reais, venderam a metade por 200 milhões de reais. Valia 400 milhões de reais. Quem comprou? Miguel Rossetto, que era o Presidente da PETROBRAS Biocombustíveis, pelo amor de Deus!

Deputado Alceu Moreira, eu peguei os balanços de 2009, 2010, 2011, 2012, 2013: dois balanços positivos, quatro balanços negativos. E pagam um absurdo, quatro ou cinco vezes mais do que vale! Isso eu denunciei.

Quem sabe por isso tem gente que não tem interesse em que eu exista? Porque têm que me matar, e não vão conseguir isso. Assim como fizeram...

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Colegas aqui distribuía CDs, Deputado, de V.Exa. e de mim. Tudo o que não presta! Fizeram isso aí!

Eu fui o mais votado do Rio Grande do Sul porque eu tenho trabalho, eu tenho cara limpa. Não preciso estar me escondendo atrás destas coisas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, Deputado, observe o tema.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Eu vou lhe encaminhar também o de um outro assentamento, o de Encruzilhada. Que a senhora me responda. São duas pessoas ligadas a S.Exas. Têm hoje 216 hectares, Deputado Alceu Moreira. Estou falando aqui e vou mostrar para V.Exas. São colegas de V.Exas. Onde é que puderam comprar? Vou passar para a senhora, a senhora vai receber. A filha do Adão Preto e o genro do Adão Preto. Esse, é claro, vou saber disso aqui. São 216 hectares. Não é um assentamento como o que V.Exa. pegou, 20 ou 30 hectares. O.k., é o seu pedaço. Agora, de onde é que tira 200 hectares, Deputado Alceu? Eu sei quanto custa.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - O.k., o.k., então, eu vou saber disso. Mas V.Exas. vão ter que explicar essa situação aqui.

Então, pessoal, é extremamente importante. Nós estamos passando a limpo este País. Não interessa o partido, se é PMDB, se é PP, se é PT, se é PSDB. Não interessa, tem que se passar a limpo, e nós temos que fazer isso. Estamos fazendo a nossa parte pelo Brasil. E assim é a CPI da FUNAI e do INCRA — e dos abusos que estão acontecendo.



Ainda no minuto que tenho, veja, Dra. Maria Lúcia — e não era do seu tempo —, a senhora falou dos pequenos produtores. Pega um quilombola de Rincão dos Martimianos, lá de Restinga Seca, 98 hectares. José Adriano, um negro, com a sua esposa negra, neta dos fundadores desse quilombo, tiraram as terras dele, Deputado Colatto. Ele, a mulher, um filho casado, com os netos, viviam em cima dessa propriedade. Plantavam arroz, plantavam fumo, tiravam o leite. Foram expulsos. Pagaram um valor irrisório. Hoje está na Justiça. José Adriano, 72 anos. A esposa dele era neta de um dos donos. Tomaram a terra, tiraram a terra dele. Hoje vive numa vila lá na cidade de Restinga Seca. Um crime, um absurdo em cima disso, porque aquilo tinha que ser uma área comunitária! Ele era proprietário. Ele comprou. A esposa dele herdou um pedaço e ele comprou mais um pedaço. Vejam aqui: 22,5 hectares, e plantando. Plantava arroz, plantava fumo, tirava leite, horta. É um pequeno produtor. Não interessa a cor, se é branco, se é preto, se é alemão ou se não é.

Esses fatos aqui são absurdos, em cima dessa questão dos quilombolas. Infelizmente a ideologia grassou, e nós temos que mudar essas coisas, tanto a questão indígena como a questão quilombola, como a própria questão dos assentamentos. Nós estamos mostrando aqui 900 mil famílias, 87 milhões de hectares.

Deputado Colatto, em 60 milhões de hectares, não precisa mais que 200 mil toneladas de grão, em 60 milhões! Todas as frutas, toda a parte de silvicultura do Brasil está em 60 milhões de hectares! Alguma coisa está errada. Isso nós temos que corrigir.

Então, Deputado, era isso que eu queria colocar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Obrigado, Deputado.

Nós vamos dar a palavra à Dra. Maria Lúcia para as considerações finais. Antes, porém, eu quero comunicar...

O SR. DEPUTADO MARCON - Sr. Presidente, eu fui citado. Eu preciso de 1 minuto, o senhor sabe disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O senhor não terá 1 minuto, porque na citação o senhor não...



O SR. DEPUTADO MARCON - O senhor sabe! O senhor sabe!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não, não terá, até porque o senhor já usou 4 ou 5 minutos antirregimentais, por favor.

O SR. DEPUTADO MARCON - O senhor sabe que eu tenho 1 minuto. Em primeiro lugar, o assentamento das terras...

(O microfone é desligado.)

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Vai falar sozinho. O senhor não tem 1 minuto.

Eu queria comunicar aos Srs. Parlamentares que esta CPI, sob requerimento para a Presidência da Casa, conseguiu a prorrogação por 30 dias, e o término desta CPI ficou programado para 18 de junho de 2016.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O senhor vai falar depois que concluir a sessão.

Quero comunicar também que todas as denúncias que chegaram a esta Casa e que tenham fundamentação, todas serão enviadas à Polícia Federal para investigação imediatamente. Estaremos fazendo, hoje à tarde, um conjunto de indicações para a Polícia Federal de denúncias com relação aos crimes, crimes cometidos desde 2003, mortos que estão há 6 anos recebendo Bolsa-Família, direito a PRONAF e terra da reforma agrária. Tudo isto vai para a Polícia Federal, para investigação.

A senhora tem a palavra para as considerações finais, Dra. Maria Lúcia.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, foi apresentado um caso de 2002. Tem que ir?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Todos vão ser mandados, todos!

(Não identificado) - De 2003 para cá?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu não falei 2003, estou falando todos, todos! Vou mandar...

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu disse há pouco tempo que eu vou mandar para a Polícia Federal todos os de que tiver denúncia fundamentada. Não interessa o prazo, pode ficar tranquilo.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Sr. Presidente, nós assinamos juntos. Queremos a apuração mesmo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não é necessário assinatura, por enquanto.

Agora, por favor, a senhora pode concluir.

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu gostaria de, nestas considerações finais, deixar registrado que, como gestora da autarquia, como servidora pública de carreira, eu não posso, em nenhum momento, deixar de registrar, primeiro, a nossa obrigação, como servidora pública, de escutar todas as críticas, todas as considerações; e, ao mesmo tempo, a impossibilidade de aceitar a generalização das denúncias. O fato de acontecer coisas malfeitas, digamos, em alguns setores, em alguns assentamentos, em alguns projetos, não pode permitir que, como gestora, eu aceite que isso é uma coisa generalizada no INCRA. Então, nós temos que fazer a defesa do corpo de funcionários — está certo? — dessa autarquia que merece todo o nosso respeito e trabalha em condições extremamente difíceis. Foi comentada aqui inclusive a defasagem salarial que todos os funcionários do INCRA têm passado nos últimos anos. Com isso, realmente, como gestora da casa, eu não posso de jeito nenhum concordar. Os malfeitos eventuais, os problemas identificados aqui... Inclusive, eu agradeço ao Deputado Heinze. Por favor, mande mesmo! O nosso Procurador tentou anotar aqui o que o senhor ia falando, porque caso de polícia vai para a polícia, caso de corregedoria vai para a corregedoria. Mas me cabe como gestora, o senhor há de convir, e como servidora de carreira, defender todos os meus colegas, que são também concursados, servidores da casa. Não podem ser manchados os nomes deles e o da autarquia, por malfeitos eventuais. Em relação às políticas, eu queria fazer um comentário e lembrar a esta CPI que, por exemplo, quando o Tribunal de Contas de União — e eu respeito o trabalho que é feito tanto pelo órgão interno quanto pelo órgão externo de controle — comenta sobre possíveis danos e eventuais prejuízos causados, nós temos que lembrar que muita coisa que foi



comentada aqui hoje decorre do próprio modelo de desenvolvimento do Brasil e de como o Estado brasileiro, o Estado em geral, tem se portado nos 500 anos da nossa história. A desigualdade social no Brasil tem sido consequência da forma como o Estado brasileiro tem trabalhado também. Eu lembro o caso, por exemplo, da SUDENE. Eu, como nordestina, vou lembrá-los. A SUDENE, foram anos e mais anos — fizemos mais de 60 anos! — investindo no empresariado. Não era o pequeno nem o pobre; era o empresário, que entrava com o nome somente, muitas vezes. E a maioria dos empreendimentos falia, nem sempre dava certo, como o Polo Industrial da Bahia ou o Polo Petroquímico. Muitas vezes, esse dinheiro também deu errado. Então, ao assentar uma família vulnerável num lote de reforma agrária, eu tenho que dar a ela condição para que empreenda e faça com que o lote se desenvolva — eu fiquei feliz em escutar isso aqui de parte de muitos dos Parlamentares. Então, eu diria: se os senhores da CPI querem mesmo ajudar a gente — a gente que eu digo são os brasileiros que estão tocando este trabalho —, o principal é que se remodele a política para uma visão moderna, uma visão de agregação de valor, para uma visão de território em que os campos e as cidades se desenvolvam juntos. E não aceitemos que basta a obtenção de terra para que se diga que a reforma agrária foi feita. Também não podemos só cuidar dos vulneráveis. Os vulneráveis são os casos mais urgentes, porque eles estão, muitas vezes, embaixo da lona. A reforma agrária precisa avançar para que todos os pequenos produtores familiares também possam assim conseguir sua realização. Em relação à questão do meio ambiente — a assessoria me passou aqui a informação —, nós temos no último relatório do estudo do instituto chamado IPAM que somente 30% do desmatamento na Amazônia, em 2015, aconteceram em assentamentos. E metade desses 30%, ou seja, 15% já estava desmatado quando nós adquirimos aquela terra, aquela gleba. Então, muitas vezes, o INCRA adquire e imóveis por desapropriação-sanção, pela retomada de terras públicas em que o desmatamento já ocorreu também. Então, acho importante ficar registrado nos *Anais* da CPI esta defesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Para concluir, doutora.

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - Para concluir, eu queria comentar mais uma vez o relatório do TCU. Eu queria lembrar que indício não é



irregularidade confirmada. Eu queria lembrar o grande esforço gerencial que estamos fazendo para confrontar esses dados e queria lembrar que nós apresentamos uma defesa. E eu solicito, Sr. Presidente, que seja anexada aos relatórios da CPI a defesa apresentada pelo INCRA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Será, sem dúvida.

A SRA. MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN - E para concluir mesmo, eu queria fazer só uma observação. Às vezes me dá a sensação de que a gente, aqui no Brasil, em 2015, está discutindo direitos políticos que a Inglaterra vitoriana, em 1700, discutiu. Nós estamos dizendo, por exemplo, no relatório do TCU, que uma pessoa, uma família que foi assentada não pode se eleger a um cargo. Cassam-se os seus direitos políticos porque ele virou assentado. Então, é importante: distinguir o antes de ser assentado e o depois. Se ele enriquece após ser assentado; se ele se elege após ser assentado; se ela consegue trabalhar como merendeira — em mais da metade dos domicílios são as mulheres hoje que deles cuidam —, se ela consegue trabalhar, que mal há nisso? Que confronto há nisso com a ocupação, pela família dela, do lote? Então, eu estou sensibilizando, Sr. Presidente, os Srs. Parlamentares desta CPI para que vejam com olhos mais modernos, para que a gente não retorne à Inglaterra vitoriana, em que direitos políticos, direitos civis e direitos sociais estejam sendo colocadas em xeque na interpretação das políticas e das ações da autarquia. Com isso, eu agradeço, mais uma vez, a oportunidade. Peço de novo que seja incorporada à CPI a nossa defesa apresentada ao TCU.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Obrigado pela sua participação.

A pauta da próxima reunião, quando definida, será informada aos Srs. Parlamentares e Lideranças.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente reunião.